

POVO LIVRE

Director: Jorge Manuel Ferraz de Freitas Neto

Periodicidade Semanal

Registo na ERC nº 105690

Propriedade: PSD - Rua de São Caetano, nº 9 1249-087 Lisboa

O desafio da Presidente do PSD ao PM

“Não se admite que por teimosia de Sócrates esteja a ser vedado aos portugueses o caminho da esperança”



Destaques:

• Texto integral da comunicação da Presidente do PSD à Informação

Pag. 2 e seguintes

• Avaliação dos professores: “chegou o momento da verdade” e “de saber quem quer salvar este ano lectivo”

Em “Actividades do PSD”, no interior

• Sócrates, fiel discípulo de Guterres, prepara-se para condenar o país à pobreza.

Em “A opinião dos Outros”



O desafio da Presidente do PSD ao PM

“Não se admite que por teimosia de Sócrates esteja a ser vedado aos portugueses o caminho da esperança”

A líder do PSD, Manuela Ferreira Leite, desafiou o primeiro-ministro para um debate público sobre a política económica, os “erros das propostas do Governo” e as alternativas que os sociais-democratas têm apresentado para a recuperação do país.

“Porque isto é essencial para o futuro, pela minha parte, estou disponível para debater publicamente com o primeiro-ministro a política económica que nos conduziu a esta situação, os erros das propostas do Governo e as alternativas que o PSD tem defendido para a recuperação do país”, afirmou a líder do PSD, em conferência de imprensa na sede do Partido.

Considerando que não se “admite que por teimosia” de José Sócrates, esteja a ser vedado aos portugueses “o caminho da esperança”, Manuela Ferreira Leite teceu duras críticas ao chefe do Governo, acusando-o de arrogantemente ignorar as propostas sociais-democratas.

“O primeiro-ministro e o Partido Socialista conhecem as propostas e as fundadas críticas do PSD, que sistematicamente temos apresentado de forma responsável e constante. O que é extraordinário é que mesmo depois da realidade nos ter dado razão, o primeiro-ministro ousa ignorá-las e mesmo negar que elas existam”, sublinhou.

Esta “arrogância”, acrescentou, “é intolerável em democracia e atenta contra a cidadania e a confiança”.

“Se há algo claro em toda esta crise é que ela radica na falta de confiança e que só com o regresso dessa confiança chegará a retoma”, insistiu.

Manuela Ferreira Leite, deseja, fundamentalmente, o debate sobre a política económica, os “erros das propostas do Governo” e as alternativas que os sociais-democratas têm apresentado para a recuperação do país.

“Porque isto é essencial para o futuro, pela minha parte, estou disponível para debater publicamente com o primeiro-ministro, a política económica que nos conduziu a esta situação, os erros das propostas do Governo e as alternativas que o PSD tem defendido para a recuperação do país”, afirmou.

“Se há algo claro em toda esta crise é que ela radica na falta de confiança e que só com o regresso dessa confiança chegará a retoma”, insistiu.

Acusando a maioria socialista e o executivo de incapacidade para detectar os sinais da crise e avaliar as consequências das medidas que tomam, a líder social-democrata recuperou a entrevista que José Sócrates deu na segunda-feira à SIC, considerando que aí se tornou patente que o chefe do Governo se mantém “cego



aos sinais, surdo aos avisos e insensato na acção”.

Além disso, acrescentou, numa altura em que é preciso explicar “com verdade e clareza” a política do Governo, José Sócrates “afronta os portugueses com ilusões e promessas que não sabe como cumprir e de que omite as consequências, apenas com o objectivo de prolongar os enganamentos até às eleições”.

Por outro lado, o PS e o Governo usa a sua “máquina de propaganda” para “deturpar ou encobrir as propostas do PSD”.

A presidente do PSD recordou ainda as declarações do Governador do Banco de Portugal na terça-feira, quando aconselhou medidas de curto prazo que aliviem os efeitos imediatos da crise, mas que não comprometam o futuro, manifestando a sua “perplexidade” por ter ouvido José Sócrates a reafirmar que mantém as decisões sobre “investimentos megalómanos” ou a prometer que salvará todas as empresas.

“A ajuda do Estado neste momento é importante desde que seja um esforço solidário que todos os portugueses entendam”, defendeu, classificando o endividamento externo como a maior ameaça ao progresso económico português.

Por isso, sublinhou, “o PS não pode comprometer o futuro sem que outras forças partidárias participem nestas soluções de emergência, ou sejam seriamente ponderados os seus argumentos”.

“Não é uma questão partidária. É uma questão de respeito pelos portugueses que têm direito a confiar na estabilidade das decisões e na responsabilidade dos seus políticos”, declarou.

Questionada sobre o local onde gostaria de debater publicamente com José Sócrates, o presidente do PSD disse ser indiferente e que espera apenas que o primeiro-ministro “não continue arrogantemente a pensar que há apenas uma alternativa”.

“Há outras políticas e caminhos”, reiterou.

Interrogada sobre o Orçamento suplementar anunciado pelo ministro das Finanças, Ferreira Leite respondeu apenas que aguarda pelo que vai acontecer na quinta-feira, depois de em Dezembro o Governo ter dito que o Orçamento não precisava de ser ajustado e de na segunda-feira o primeiro-ministro ter anunciado que qualquer ajustamento seria feito no Plano de Estabilidade e Crescimento.

Ainda a este propósito, a presidente do PSD acrescentou apenas que qualquer folga orçamental deverá ser utilizada na redução de impostos e nunca no aumento da despesa.

Já depois de ser conhecida a recusa de Sócrates para o debate propoosto por Manuela Ferreira Leite, a presidente do PSD considerou, em entrevista no Jornal Nacional da TVI, que o primeiro-ministro “revela uma falta de confiança muito grande” ao recusar debater com ela e sugeriu que a ajuda do Governo às

empresas é “só até às eleições”, declarando-se surpreendida com a recusa de José Sócrates em travar um debate com ela sobre política económica.

“Devo dizer que me surpreende bastante a posição do engenheiro Sócrates”, disse a presidente do PSD.

“Apresentando-se ele como o dono e o autor de todas as medidas, considerando que não existem outras, que aquelas é que são as boas, revela uma falta de confiança muito grande quando não quer debater, como lhe compete, com a oposição os temas que neste momento preocupam os portugueses”, considerou.

Manuela Ferreira Leite referiu-se às medidas do Governo de resposta à crise internacional defendendo que “é profundamente errado tudo o que se está a fazer, com repercussões graves no futuro”.

“Há um ponto que eu considero muitíssimo preocupante, que é a questão da discricionariedade que há na ajuda às empresas”, criticou a presidente do PSD, questionando “quais são os critérios que levam a que esta empresa seja ajudada e a outra não seja”. A presidente do PSD perguntou se as empresas que recebem apoios “são aquelas que chegam em primeiro lugar ao pedido” ou “são aquelas com as quais se simpatiza”, sustentando que “isso cria uma dúvida e uma suspeita que não é possível em democracia haver”.

“Ainda lanço outra suspeita: como este tipo de ajuda que o engenheiro Sócrates está a proporcionar às empresas,



não é ajuda que dure muito tempo, eu lanço a dúvida se essa ajuda não é só até às eleições”, acrescentou.

Manuela Ferreira Leite alegou que, pelo contrário, as medidas que o PSD propõe “são eficazes, têm consequências no futuro e não são discricionárias - é igual para todos, isso é fundamental”.

“A primeira coisa que eu faria, e que já propusemos no Orçamento, era pagar a dívida às empresas”, apontou, destacando também a proposta do PSD de redução da Taxa Social Única como incentivo à manutenção do emprego por parte das empresas.

“Se existe folga orçamental – tenho algumas dúvidas - então deve ser para baixar impostos não para fazer mais despesa, porque senão passa a crise e nós estamos pior do que estávamos anteriormente”, reiterou, manifestando-se contra as linhas de crédito anunciadas pelo Governo que, na sua opinião, dificilmente terão efeitos práticos e caso se concretizem vão deixar as empresas ainda mais endividadas.

A comunicação de Manuela Ferreira Leite à Informação

(texto integral)

Assistimos em poucos dias ao desmascarar das políticas prosseguidas pelo Governo nesta Legislatura.

Tal como o PSD vem consistentemente denunciando a entrevista do Primeiro-Ministro à televisão, tornou patente que se mantém cego aos sinais, surdo aos avisos e insensato na acção.

Ninguém já tem dúvidas de que o ano de 2009 será muito crítico e intenso nos planos político, económico e social.

É um ano em que será tão necessário termos consciência das dificuldades, como confiança e força para as superar.

Seria preciso explicar com verdade e clareza a política do Governo e as alternativas que se apresentam para que desse confronto pudesse resultar um maior grau de confiança.

Em vez disso, o Primeiro-Ministro afronta os Portugueses com ilusões e promessas que não sabe como cumprir e de que omite as consequências, apenas com o objectivo de prolongar os enganos até às eleições.

Em vez disso, o Governo usa a sua máquina de propaganda para deturpar ou encobrir as propostas do PSD.

O País pôde também ouvir ontem o Governador do Banco de Portugal traçar um quadro negro das expectativas económicas e sociais do País, aconselhando medidas de curto prazo que aliviem os efeitos imediatos, mas que não comprometam o futuro, tal como o PSD vem sistematicamente alertando.

Daí a perplexidade e a enorme preocupação com que ouvimos as afirmações do Primeiro-Ministro apesar da delicadeza e incerteza do actual quadro económico.

Ouvimo-lo reafirmar, por exemplo, que mantém as decisões sobre investimentos megalómanos desprezando os seus efeitos no futuro e desconsiderando todos e quaisquer alertas e objecções que recomendam prudência.

Ouvimo-lo prometer que salvará todas as empresas e todos os empregos, o que todos gostaríamos que fosse possível.

Mas mais uma vez, o Primeiro-Min-

istro não explicou como vai cumprir essa promessa.

A ajuda do Estado neste momento é importante desde que seja um esforço solidário que todos os Portugueses entendam.

O endividamento externo é a maior ameaça ao nosso progresso económico, por isso o PS não pode comprometer o futuro, sem que outras forças políticas participem nestas soluções de emergência, ou sejam seriamente ponderados os seus argumentos.

Não é uma questão partidária. É uma questão de respeito pelos Portugueses que têm direito a confiar na estabilidade das decisões e na responsabilidade dos seus políticos.

O PSD tem proposto soluções e repetido argumentos: Que as linhas de crédito às empresas são ineficazes e que o que é preciso é que o Estado lhes pague o que deve; que altere o prazo de pagamento do IVA, e baixe a Taxa Social Única; que a folga orçamental, a existir, tem de ser utilizada para baixar os impostos quanto antes.

Esta é a política que conduz à saúde das empresas e à criação de emprego.

Temos, insistentemente defendido alternativas adequadas e sensatas.

Temos alertado para que a crise actual não pode servir de pretexto para que o Estado domine todos os sectores de actividade, criando dependências que asfixiam as empresas e as impedem de recuperar forças para a retoma.

O Partido Socialista e o Governo não

foram capazes de detectar os sinais da crise, não entenderam os seus fundamentos e não sabem avaliar as consequências das medidas que tomam.

Ora, se há algo claro em toda esta crise é que ela radica na falta de confiança e que só com o regresso dessa confiança chegará a retoma.

O Primeiro-Ministro e o Partido Socialista conhecem as propostas e as fundadas críticas do PSD, que sistematicamente temos apresentado de forma responsável e constante.

O que é extraordinário é que mesmo depois da realidade nos ter dado razão, o Primeiro-Ministro ousa ignorá-las e mesmo negar que elas existam.

Ora esta arrogância é intolerável em democracia e atenta contra a cidadania e a confiança.

Porque isto é essencial para o futuro, pela minha parte, estou disponível para debater publicamente com o Primeiro-Ministro, a política económica que nos conduziu a esta situação, os erros das propostas do Governo, e as alternativas que o PSD tem defendido para a recuperação do País.

Não se admite que por teimosia do Primeiro-Ministro esteja a ser vedado aos Portugueses o caminho da esperança.

António Borges denuncia “apoios maciços /do Governo/ às empresas de que gosta e a quem convém apoiar”

António Borges disse ainda que “para 2009 prevê-se uma recessão profunda e

duradoura” e alegou que “as coisas não precisavam de ser assim” e que com outra política os efeitos da crise internacional seriam minimizados.

“É nos momentos difíceis que a competência dos governantes mais falta faz”, declarou o vice-presidente do PSD.

O dirigente social-democrata, que reagia às previsões do boletim económico de Inverno do Banco de Portugal hoje divulgadas, responsabilizou o Governo pela situação da economia portuguesa.

“Quando o país sofre as consequências de uma política que nunca deu os resultados prometidos, persistir nela ou até acelerá-la só pode ter consequências catastróficas”, sustentou.

Segundo António Borges “para 2009 prevê-se uma recessão profunda e duradoura que marca mais um ano de divergência” de Portugal em relação à União Europeia e “as medidas radicais e muitíssimo onerosas que o Governo vem anunciando não têm nem terão efeito algum, antes continuarão a agravar a crise e a tornar o país mais vulnerável e dependente”.

“O estudo do Banco de Portugal acentua também os problemas estruturais da economia que vão agravar-se: as dificuldades económicas das empresas, que se traduzirão numa queda substancial do investimento, o endividamento do país ao exterior, que continua a aumentar num ritmo alucinante, caminhando cegamente para níveis insustentáveis”, referiu o dirigente social-democrata.

“O PSD lembra que as coisas não precisavam de ser assim. Com políticas diferentes os resultados seriam outros”, alegou, em seguida.

De acordo com António Borges, “seria seguramente possível minimizar muitíssimo as consequências da crise internacional”, com uma política que apoiasse “todas as empresas, reduzindo custos, reduzindo entraves, facilitando a criação de emprego e o investimento”.

“Em particular, não seria preciso que Portugal ficasse mais uma vez na cauda da Europa, com o pior desempenho, como agora as previsões do Banco de Portugal vêm mostrar”, acentuou.

O PSD acusou o Governo de dar “apoios maciços às empresas de que gosta e a quem convém apoiar” e disse antever “medidas completamente insensatas” em 2009, por ser ano eleitoral.

Em conferência de imprensa, na sede do PSD, o vice-presidente do partido António Borges responsabilizou o Governo pela situação económica do país e alegou que os efeitos da crise poderiam ser minimizados com uma política diferente.

Segundo o dirigente social-democrata, entre outras coisas, para uma mudança de política “seria preciso cortar com apoios maciços às empresas de que o Governo gosta e a quem convém apoiar e utilizar esses recursos para reduzir custos a todas as pequenas e médias empresas”.

António Borges defendeu que essa redução de custos seja feita, “por exemplo, cortando nas contribuições para a Segurança Social de forma significativa, como o PSD já propôs”.

Na fase de resposta às perguntas dos jornalistas, o vice-presidente do PSD assinalou que este será um ano eleitoral.

“É natural que o Governo venha a tomar medidas completamente insensatas em várias frentes, o primeiro-ministro





já começou a dar essa indicação”, considerou.

Quanto à “reorientação da política económica” defendida pelo PSD, António Borges disse que “seria preciso que, em lugar de se promover o endividamento das empresas, das famílias, do país, se desse às empresas o acesso à liquidez a que têm direito, por exemplo, pagando o Estado o que deve atempadamente, alterando a cobrança do IVA para um regime de caixa, acabando o pagamento especial por conta, tudo medidas que o PSD recomendou e que não foram acol-

Sócrates de “arrogância”, “incapacidade” e “insensibilidade social”.

José Aguiar-Branco falava à Agência Lusa no final da entrevista que o Primeiro-Ministro deu hoje à SIC, uma oportunidade que José Sócrates “perdeu” para “falar a verdade ao país”, reforçou o social-democrata.

O vice-presidente do PSD adiantou que este foi mais um momento para o chefe de Governo demonstrar “as suas três principais características: arrogância, incapacidade e insensibilidade social”.

“Arrogância, porque persistiu na

irrealista, imprudente e desfasado da realidade”, afirmou.

Para o antigo ministro da Justiça do PSD, o anúncio por parte do Governo de que vai fazer alterações à Lei do Orçamento de Estado para aumentar a capacidade de despesa este ano é um “zigzaguar que não se sabe bem o que é”.

A apresentação de um “Orçamento suplementar” (que ninguém sabe bem o que é, já que o termo não é usado academicamente) foi avançada terça-feira pelo ministro de Estado e das Finanças,

eleitoral, a situação é dramática para os portugueses e a seu tempo tomaremos posição sobre o calendário eleitoral”, defendeu o vice-presidente do PSD.

Questionado pelos jornalistas sobre a hipótese de as eleições legislativas e europeias se realizarem ambas em Junho, o social-democrata disse “não saber qual é o calendário” e reiterou que essa “não é” uma preocupação actual.

“A nossa fonte de preocupação é este início de ano difícil, com uma perspectiva do crescimento do desemprego e de diminuição do crescimento económico (...) não sabemos se é diferente ou não, porque ainda não sabemos qual é o calendário, o foco da nossa preocupação não é o calendário eleitoral, não é esse de todo o problema do PSD”, acrescentou.

Aguiar Branco disse ainda que “a seu tempo” o PSD discutirá o calendário eleitoral.

É conhecida a posição do PM José Sócrates, que afirma estar preparado para qualquer data mas logo em seguida foi taxativo na rejeição da coincidência das legislativas com as autárquicas, com a desculpa de que “as democracias locais poderiam ser afectadas por termos uma campanha nacional”. – Fontes: Lusa, RTP 1, TSF

A questão da escolha do novo Provedor de Justiça

A líder do PSD disse em conferência de Imprensa, sobre o apelo que o Presidente da Assembleia da República, Jaime Gama, fez para que PSD e PS cheguem a um consenso sobre a escolha do novo provedor de Justiça que o PSD está “disponível” para resolver a questão, até agora sucessivamente adiada por falta de entendimento entre socialistas e social-democratas.

“Estou disponível para resolver esse assunto, com certeza”, disse.

A eleição do próximo Provedor de Justiça continua sem data prevista, seis meses depois de Nascimento Rodrigues ter terminado o seu mandato.

O Presidente da Assembleia da República, Jaime Gama, que tem insistido para que se encontre rapidamente uma solução, voltou terça-feira da semana passada, a apelar aos grupos parlamentar para que possa realizar-se a eleição.

A primeira eleição do sucessor de Nascimento Rodrigues chegou a estar marcada para Julho, altura em que o actual Provedor já tinha cumprido os quatro anos de mandato, mas foi adiada porque PS e PSD não se entendiam quanto a quem cabia propor o novo titular do cargo.

No início de Julho, antes do adiamento da eleição, o secretário-geral do PSD, Luís Marques Guedes, considerou que seria “de muito mau tom” que a maioria PS quisesse ocupar esse cargo.

Depois do Verão, a eleição foi agendada para 10 de Outubro, mas foi novamente adiada por não existir acordo entre os dois maiores partidos.

O Regimento da Assembleia da República impõe que o candidato a Provedor de Justiça seja apresentado “perante o presidente da Assembleia até 30 dias antes da data da eleição” e que seja ouvido previamente pelo Parlamento entre a data da apresentação e a data da eleição. – Fonte: Lusa



hidas pelo Governo”.

“Seria preciso também poupar em projectos megalómanos de investimento público para canalizar mais recursos para mais e melhor investimento privado realmente produtivo”, acrescentou.

O “ponto fundamental”, defendeu, “é resolver os problemas das empresas, dar-lhes mais solidez económica, permitir maior rentabilidade, reduzir custos, garantir maior competitividade face a concorrentes estrangeiros”.

“Só assim se consegue criar empregos realmente duradouros e que sejam sustentáveis”, argumentou.

António Borges insistiu na necessidade de apoiar “todas as empresas”, sustentando que “o que o Governo fará é apoiar algumas empresas, em detrimento de outras”.

“Dá ao Governo um carácter dirigista e arbitrário que nós não podemos aceitar”, reforçou.

Aguiar Branco comenta entrevista de Sócrates à SIC: “arrogância”, “incapacidade” e “insensibilidade social”

O vice-presidente do PSD José Pedro Aguiar-Branco considerou que o primeiro-ministro perdeu uma oportunidade de “falar a verdade ao país” e acusou José

afrota ao presidente da República, numa altura em que o país enfrenta uma grave crise económica, contra a qual é fundamental a solidariedade institucional”, afirmou.

José Aguiar-Branco acrescentou que a “incapacidade” do Primeiro-Ministro foi demonstrada na forma como este reconheceu que o Orçamento de Estado foi “irrealista” e com “falta de rigor”.

A “insensibilidade social” de José Sócrates deve-se, segundo o deputado social-democrata, ao facto do primeiro-ministro ter preferido “ignorar aquilo que são as medidas necessárias a aplicar às Pequenas e Médias Empresas (PME), persistindo na defesa dos grandes investimentos públicos e a protecção das grandes empresas”.

“Esta insensibilidade social é altamente chocante”, disse, concluindo que “o primeiro-ministro perdeu uma grande oportunidade de falar verdade ao país”.

o Governo de estar a “zigzaguar” ao ter anunciado que vai apresentar um reforço orçamental e defendeu que “já deviam ter sido feitas alterações” ao Orçamento de Estado para 2009.

“Relativamente àquilo que foi a posição do PSD na discussão no Orçamento de Estado, que foi debatido ainda há bem pouco tempo na Assembleia da República, desde logo se demonstrou que este era um orçamento completamente

Teixeira dos Santos, em entrevista à RTP.

“Não estou a falar de um Orçamento rectificativo, nós temos um Orçamento para um cenário que já era de desaceleração. É suplementar, é adicional, é de reforço do Orçamento que já tínhamos aprovado na Assembleia”, declarou Teixeira dos Santos.

No seu comentário, Aguiar Branco concluiu: “O Governo sistematicamente achou que não se deviam fazer alterações. Já as devia ter feito e agora há este zigzaguar que não sabemos bem o que é, se é rectificativo, se é suplementar, há uma certa dúvida sobre isto e só nos resta aguardar para perceber e ver o que é”.

PSD “não está preocupado” com alterações no calendário eleitoral deste ano e que “a fonte de preocupação” do partido “é a crise e a situação dramática”

Na mesma conferência de Imprensa, Aguiar Branco, afirmou que o Partido “não está preocupado” com possíveis alterações no calendário eleitoral deste ano e sublinhou que “a fonte de preocupação” do partido “deve ser a crise e a situação dramática” em que vivem os portugueses.

“A nossa principal motivação de preocupação deve ser a crise que vivemos, não temos essas preocupações de carácter



O PSD, com apoio de toda a Oposição, apresentou um projecto de Lei para a suspensão da avaliação de professores e o PS (e só o PS...) “chumba-o”



O líder parlamentar do PSD, Paulo Rangel, disse, no dia 6, que o princípio da avaliação dos professores já esteve em vigor na década de 90 e que foi abolido pelo Governo socialista de António Guterres.

Durante o debate do projecto de Lei do PSD para suspender o actual modelo de avaliação, Paulo Rangel referiu que “antes dos governos PS presididos por António Guterres existia já um modelo de avaliação e de progressão que impunha provas públicas de acesso ao topo da carreira”.

“E foi, na altura, o Governo PS – a que o actual primeiro-ministro e o ministro dos Assuntos Parlamentares pertenciam – que terminou com essa exigência para a progressão, sem que ninguém o tivesse pedido ou reclamado”, acrescentou o líder parlamentar do PSD.

Paulo Rangel quis sublinhar que os sociais-democratas são a favor do princípio da avaliação dos professores: “O princípio é bom e é correcto, mas o modelo em questão- o que foi imposto pelo Governo - é mau e é impraticável. E mais: o princípio (não a forma) da avaliação, foi apenas reintroduzido, pois tal princípio já estivera em vigor na década de 90”.

Por outro lado, na sequência da intervenção do ministro dos Assuntos Parlamentares, o líder parlamentar do PSD criticou a ausência da ministra da Educação, Maria de Lurdes Rodrigues, no debate de hoje.

“Todos sabemos que esta é uma questão política, mas a ministra é membro de um órgão de soberania e é uma política. Não aparece há mais de um mês, foi aqui poupada mais uma vez ao combate. Estão a esconder a ministra”, acusou.

Paulo Rangel qualificou o ministro dos Assuntos Parlamentares, Augusto Santos Silva, de “ministro polícia”, alegando que “teve a função de vir aqui policiar os deputados do PS” que poderiam votar a favor da suspensão da avaliação dos professores.

Contestando o “tom” da intervenção de Augusto Santos Silva, que considerou ser “de política rasteira”, o líder parlamentar do PSD concluiu que “passou a ser o ministro dos assuntos anti-parlamentares”.

Alguns comentários após o debate e a votação

Relativamente ao seu voto favorável aos diplomas do BE e do PEV, que tal como o projecto do PSD foram ‘chumbados’ com os votos contra da maioria dos deputados socialistas, o deputado Manuel Alegre, que na anterior votação tinha votado “contra”

a recomendação do seu próprio partido e que, desta vez, apenas se absteve, disse ter-se tratado de “uma questão de coerência” relativamente às posições que já tinha assumido contra o processo de avaliação dos professores.

“É preciso suspender o processo e [os diplomas do BE e do PEV] têm o mérito de propor modelos alternativos”, referiu.

“Votámos em coerência”, salientou ainda o deputado socialista.

Na declaração de voto, Manuel Alegre, Teresa Portugal, Júlia Caré e Eugénia Alho assinalam igualmente essa posição, referindo que votaram favoravelmente os diplomas do BE e do PEV “porque além da suspensão do processo de avaliação apresentam propostas alternativas”.

Essas propostas alternativas, lê-se ainda na declaração de voto, “podem constituir pontos de partida para a construção consensual de um modelo de avaliação do desempenho docente e ser um contributo positivo para a amenização do clima das escolas, em defesa da escola pública e em benefício da sociedade portuguesa”.

Durante a reunião do grupo parlamentar do PS que se realizou durante

a manhã, as deputadas Júlia Caré e Eugénia Alho tinham anunciado que iriam votar favoravelmente todas as propostas, mas acabaram apenas por o fazer nas propostas do BE e do PEV, optando por se abster no diploma do PSD, ao lado de Manuel Alegre, Teresa Portugal e Matilde Sousa Franco.

No debate, o presidente do Grupo Parlamentar do PSD apresentou o teor do seu projecto a favor da suspensão da avaliação dos professores como sendo “construtivo para o país”, tendo em vista “acabar com a situação de anormalidade nas escolas, que tem gerado graves prejuízos para os alunos e para as famílias”.

“Antes deste dia foram apenas discutidas na Assembleia da República meras recomendações sobre a avaliação dos professores. O PSD apresenta agora o primeiro projecto vinculativo, que poderá obrigar o Governo a suspender a avaliação e a adoptar um modelo transitório (que o próprio executivo definirá com os parceiros)”, acrescentou.

Paulo Rangel definiu ainda o projecto do PSD como sendo “minimalista, já que apenas visa o essencial para que recolha o máximo consenso possível” no Parlamento.

Paulo Rangel afirmou que, com a votação do seu projecto de lei para suspender a avaliação dos professores “chegou o momento da verdade” e “de saber quem quer salvar este ano lectivo”.

“Chegou o momento da verdade, o momento de saber quem quer salvar este ano lectivo, quem quer uma avaliação equilibrada e justa dos professores, quem põe os alunos, as famílias e as escolas em primeiro lugar”, declarou o líder parlamentar do PSD, Paulo Rangel.

Paulo Rangel fez alusão aos deputados do PS que votaram ao lado da oposição no debate do início de Dezembro, o que teria possibilitado a aprovação de um projecto de resolução do CDS-PP que recomendava ao Governo a suspensão da avaliação dos professores, não fossem as faltas da oposição.

“Quem esteve ao lado de uma simples recomendação que, ainda por cima, tinha critérios substantivos, estará decerto ao lado deste projecto e da sua vontade de pacificar a nossa comunidade educativa”, argumentou, assinalando que o projecto de lei do PSD, “agora sim, tem força obrigatória e vinculante”.

Rangel alegou que as escolas públicas portuguesas vivem “a maior e mais grave crise desde o 25 de Abril” e que está em causa repor a estabilidade e “salvar o ano



lectivo de 2008/2009”, negando que o PSD queira “com esta iniciativa uma vitória política ou um número partidário”.

Paulo Rangel disse ainda (referindo-se à declaração do “líder” da bancada socialista, que “não tem razão nenhuma” nas críticas jurídicas e políticas que fez e, assinalando as duas manifestações de professores e à greve que juntaram quase 150 mil professores, observou: “Se isto não é uma crise na nossa vida escolar, se isto não é uma crise nas nossas escolas, então não sei o que é”.

Aguiar Branco encerra o debate

O social-democrata Aguiar Branco defendeu (veja em “Parlamento”) que hoje se verá “quem se fica pela poética dimensão da retórica” quanto à avaliação dos professores e o socialista Manuel Alegre reagiu dizendo que ninguém decide o seu voto, afirmação que meeceu a admiração de Aguiar Branco, pois não esperava que Alegre acorresse imediatamente a “enfiar a carapuça”.



No final do debate sobre o projecto de lei, o deputado social-democrata José Pedro Aguiar Branco tinha feito alusão ao anterior debate sobre este assunto, em que seis deputados do PS votaram ao lado da oposição, entre os quais Manuel Alegre.

“Lanço daqui um desafio a todas as senhoras e senhores deputados: não vale a pena invocar razões menores, porventura formais, ou até nem isso, para não se apoiar o que está verdadeiramente em questão: suspender o actual modelo de avaliação dos professores”, disse Aguiar Branco.

O social-democrata assinalou que hoje será votado um projecto de lei que obriga o Governo a suspender a avaliação e não um projecto de resolução com recomendações ao executivo, como no debate do início de Dezembro.

“Agora, que não é a feijões, será mais fácil sabermos quem se fica pela poética dimensão da retórica e quem assume as consequências da efectiva afirmação da convicção”, alegou o vice-presidente do PSD.

Manuel Alegre disse, em resposta, que não era “... uma retórica poética, é uma retórica prosaica, perversa. Os senhores estão a tentar disfarçar a vossa própria responsabilidade. Quero dizer-lhe, senhor deputado, que ninguém é dono da nossa consciência, que ninguém é dono dos nossos votos e ninguém nos diz como e quando e a favor de quê ou contra o quê devemos votar”.

“Os senhores não são donos do nosso voto nem permitiremos que instrumentalizem a favor da desculpa da vossa responsabilidade com o nosso voto e a nossa consciência”, concluiu Alegre, para ouvir imediatamente Aguiar Branco contraditar que “não julgava que o senhor deputado Manuel Alegre enfiasse a carapuça da retórica poética”.

“Tenho o senhor deputado como um homem de convicções e espero no final desta votação continuar a achar que o senhor é um homem de convicções”, completou o ex-ministro da Justiça.

Governo “instrumentaliza politicamente” a questão da Educação

Já depois da votação, o líder parlamentar do PSD, Paulo Rangel, acusou o Governo de “instrumentalizar politicamente” a questão da Educação e de se perder em “tricas”, garantindo que a grande preocupação dos sociais-democratas é “salvar as escolas”.

“O Governo quer instrumentalizar politicamente esta matéria. Usar a matéria da Educação para fazer política”, acusou Paulo Rangel, em declarações aos jornalistas à saída do plenário da Assembleia da República, onde foi chumbado o projecto social-democrata para a suspensão do processo de avaliação dos professores.

Rejeitando que o ‘chumbo’ do diploma do PSD tenha sido uma “derrota”, o líder da bancada social-democrata insistiu que “a grande preocupação do partido é salvar as escolas”.

“O PSD tem uma atitude responsável, estamos preocupados com a crise que se vive nas escolas”, sublinhou, lamentando que, pelo contrário, o PS e o Governo se percam em “tricas e acusações” e em fazer “política menor”.

“Não é uma derrota para o PSD, mas é lamentável para as escolas”, acrescentou ainda Paulo Rangel.

Questionado sobre o que pretende fazer agora o PSD em relação ao processo de avaliação dos professores, o líder da bancada social-democrata adiantou que o objectivo do partido “é continuar a alertar para a crise nas escolas”, defendendo que é necessário suspender “um modelo que já falhou”.

“É preciso libertar as escolas da crise em que estão, resolver a crise nas escolas, que é mais grave desde o 25 de Abril”, insistiu.



PSD contestou a convocação de uma reunião da comissão de inquérito sobre a nacionalização do BPN para a hora do debate

O PSD contestou a convocação de uma reunião da comissão de inquérito sobre a nacionalização do BPN para a hora do debate em plenário marcado pelo partido sobre a suspensão da avaliação dos professores.

Em declarações à agência Lusa, o vice-presidente do grupo parlamentar social-democrata Hugo Velosa disse que a reunião da comissão de inquérito às 15:30 “vai prejudicar a presença de deputados do PSD” no debate em plenário agendado pelo partido, que tem início às 15:00 horas.

“Trata-se de um agendamento potestativo do PSD, é público e notório que o PSD tem estado a tentar comparecer em plenário com os seus deputados”, sublinhou.

A reunião da comissão de inquérito sobre a nacionalização do BPN foi convocada através de um SMS enviado esta manhã aos deputados, segundo Hugo Velosa.

O deputado do PSD contestou a decisão da presidente da comissão de inquérito sobre a nacionalização do BPN, a deputada do PS Maria de Belém, considerando que “a reunião podia ter sido marcada para outra hora, podia ter sido marcada para





antes do plenário”.

“Não nos parece que haja urgência”, acrescentou o vice-presidente da bancada social-democrata.

“Pelo menos alguns deputados do PSD, e também de outros partidos, não poderão comparecer. Todos sabemos a polémica que deram as faltas do PSD há tempos numa votação e que tantas vezes os deputados do PSD não estão presentes no plenário em debates de iniciativas do partido”, referiu.

Hugo Velosa acrescentou que “as faltas dos deputados ao plenário muitas vezes não são motivadas pelo que aparece na comunicação social” mas por outras obrigações como a reunião de hoje da comissão de inquérito, que “tem prioridade sobre todos os trabalhos parlamentares”.

“Quem contribuiu para que os deputados do PSD não pudessem hoje estar presentes no debate foi a comissão de inquérito, a partir da sua presidente”, criticou.

Questionado se para o PSD a comissão de inquérito foi propositadamente marcada para a hora do plenário para prejudicar as presenças no debate, Hugo Velosa remeteu a pergunta para Maria de Belém.

Sócrates tem “medo de um frente-a-frente com Manuela Ferreira Leite”

O PSD acusou hoje o primeiro-ministro, José Sócrates, de ter medo de fazer um frente-a-frente televisivo com a líder social-democrata, Manuela Ferreira Leite, invocando “regras formais” para recusar o debate.

“De que tem medo o primeiro-ministro”, perguntou o vice-presidente do PSD Aguiar Branco, reagindo à posição do Governo de recusar um debate público entre José Sócrates e Manuela Ferreira Leite.

Na quarta-feira, o ministro dos Assuntos Parlamentares recusou a realização em breve de um frente-a-frente entre a líder do PSD e o primeiro-ministro, alegando que José Sócrates já tem debates quinzenais no Parlamento.

“Este mês, o primeiro-ministro terá debates nos dias 14 e 28. Debate com todos os partidos políticos e com os respectivos líderes. Não é uma responsabilidade do Governo o facto de a dr^a Manuela Ferreira Leite não ser deputada do PSD”, justificou o ministro dos Assuntos Parlamentares.

Reagindo a esta posição, Aguiar Branco afirmou-se surpreendido com a opção do ministro Santos Silva em “refugiar-se em regras de carácter formal para se furtar ao desafio que a dr^a Manuela Ferreira Leite lançou para um debate público sobre

política económica”.

“Esse debate justifica-se, porque o próprio primeiro-ministro diz que a situação que o país atravessa é de excepcional importância. Portanto, também deverão existir espaços excepcionais nos órgãos de comunicação social para que haja um debate sobre uma matéria excepcional”, argumentou o dirigente social-democrata.

Para Aguiar Branco, “se o primeiro-ministro faz acusações ao PSD na televisão quanto à hipotética ausência de propostas concretas, era também de aceitar o repto lançado pela presidente do PSD”.

“É injustificável aquilo que o ministro Santos Silva invocou para a ausência do primeiro-ministro num debate público com a dr^a Manuela Ferreira Leite”, disse.

Segundo Aguiar Branco, “a situação grave e mesmo dramática deste início de ano justifica que, além dos debates que ocorrem na Assembleia da República, se utilize também outros espaços para esclarecer os portugueses sobre quais as melhores políticas para ultrapassar a crise”.

PSD vai pedir a audição da Ordem dos Notários

O PSD anunciou na quarta-feira passada, que vai pedir a audição da Ordem dos Notários na Comissão Parlamentar de Assuntos Constitucionais e admite pedir a fiscalização sucessiva de alguns artigos da reforma jurídica levada a cabo pelo Governo.

“Recebemos uma delegação e a bastonária da Ordem dos Notários, que nos alertou para questões de segurança jurídica inerente à reforma de alguns actos notariais”, afirmou o vice-presidente dos social-democratas José Pedro Aguiar Branco em conferência de imprensa no final do encontro com a bastonária Carla Soares.

Visto terem sido levantadas durante a reunião “questões de carácter constitucional”, Aguiar Branco anunciou que o PSD irá “pedir através do grupo parlamentar do PSD e do seu presidente, a audição da Ordem dos Notários na primeira comissão”, de Assuntos Constitucionais, Direitos, Liberdades e Garantias.

“Os custos nos processos notariais para os cidadãos são hoje mais caros e há uma concorrência desleal, como em processos como a casa na hora e a empresa na hora, há aí uma divergência e um prejuízo e foi para isso que a ordem dos bastonários também nos alertou”, acrescentou.

“Fomos alertados que poderia haver inconstitucionalidades e parece-nos a forma mais adequada pedir que a ordem seja ouvida em audição pública na primeira comissão e se daí resultar isso, o PSD estará disponível para pedir essa fiscalização sucessiva de constitucionalidade”, explicou o vice-presidente do PSD.

A nova bastonária dos notários pretende ver alterados os pressupostos da reforma jurídica encetada pelo actual Governo e redefinir as competências e áreas de actuação em diálogo com outras profissões concorrentes, como os advogados.

“Haverá num futuro próximas conversações com a Ordem dos Advogados num sentido de definir as competências e áreas de actuação de cada profissão”, disse em Novembro em entrevista à agência Lusa a bastonária da Ordem dos Notários, Carla Soares.

Para Carla Soares é necessário pôr fim à situação de concorrência que se assiste entre algumas profissões da área da Justiça, como é o caso dos notários, advogados, solicitadores e oficiais de registo e garantir que os direitos dos cidadãos, assim como a qualidade e legalidade dos serviços que requisitam, não são postos em causa.

“A partir do momento em que os actos referentes às sociedades passaram a poder ser formalizados por acta ou mero documento particular, proliferaram situações de procuradoria ilícita, ou seja, actos praticados por pessoas que não têm uma carteira profissional que lhes permita prestar serviços jurídicos”, disse Carla Soares.

Suspensão da circulação na Linha Férrea da Figueira da Foz - Pampilhosa

O deputado Miguel Almeida, a propósito da suspensão da circulação na Linha Férrea da Figueira da Foz – Pampilhosa, apresentou o seguinte requerimento, na AR:

A Rede Ferroviária Nacional – REFER, EPE anunciou em 2 de Janeiro de 2009 que iria interditar, com efeitos a partir de 4 de Janeiro do mesmo ano, o serviço ferroviário público de passageiros que vinha prestando na linha entre a Figueira da Foz, Cantanhede e Coimbra.

A empresa fundamentou, em comunicado, esta sua decisão com “imperativas razões de segurança”, devido ao mau estado da via, “até que sejam repostas as convenientes condições de exploração”. Na base desta decisão estará um relatório – ao que tudo indica, existente, pelo menos, desde Novembro de 2008 – que recomenda a imediata suspensão do serviço de passageiros, por a linha em questão possuir alguns troços perigosos que poderão levar à ocorrência de descarrilamentos.

No mesmo comunicado a REFER adianta, ainda, que “os trabalhos de reabilitação serão iniciados tão cedo quanto a conclusão dos respectivos estudos e os procedimentos concursais o permitam”.

Não deixa, todavia, de ser estranho o facto de neste eixo ferroviário haverem sido realizadas obras ainda muito recentemente, em 2005, no valor de cerca de € 4 milhões, embora tão-só para a eliminação de passagens de nível e pintura das estações.

Certo e seguro é que, de um ponto de vista da tutela do interesse público, será sempre absolutamente inadmissível e inaceitável um encerramento definitivo do serviço transporte de passageiros que vinha sendo prestado neste troço rodoviário. Não obstante a empresa CP – Comboios de Portugal se encontrar, nestas circunstâncias, obrigada a garantir a prestação de um serviço rodoviário alternativo aos utentes da



linha férrea agora desactivada – cujos custos ficarão, contudo, a cargo da REFER -, o certo, porém, é que até mesmo qualquer suspensão do serviço ferroviário – como ocorre agora pelos já alegados motivos de força-maior – acaba por provocar um intolerável e muito significativo transtorno na vida dos utentes habituais deste serviço, na sua maioria estudantes e idosos. Estas suspeitas e este receio não serão, de todo, infundados se levarmos em conta que as receitas decorrentes do funcionamento deste ramal apenas cobrem 15% dos custos do serviço prestado e que, pelo menos, para a CP um encerramento definitivo desta linha levá-la-ia a prescindir dos pagamentos aos maquinistas, aos revisores, da taxa de uso e do gasóleo – já que, como referido, os custos com os autocarros de substituição ficarão sempre a cargo da REFER.

Nestes termos,

Vem o Deputado abaixo-assinado requerer, através de V. Exa., ao Ministério das Obras Públicas, Transportes e Comunicações, ao abrigo do disposto na alínea e) do artigo 156º da Constituição e do artigo 229º do Regimento da Assembleia da República, o seguinte:

1. Confirma esse departamento governamental as razões atrás descritas para a suspensão da Linha Férrea da Figueira da Foz – Pampilhosa? Para além dessas, acrescem outros motivos? Quais?
2. Desde quando são conhecidas por esse Ministério as razões que levaram, agora, à aludida suspensão do serviço de passageiros?
3. Quanto tempo está previsto para a realização das obras necessárias e a partir de que data?
4. Solicita-se o envio da documentação oficial que fundamenta o sentido das respostas às perguntas anteriormente formuladas. - O Deputado, Miguel Almeida

Intervenção de Mendes Bota no debate sobre a criação do Conselho Nacional de Turismo

Senhor Presidente, Senhoras e Senhores Deputados, na apresentação deste projecto de lei de criação do Conselho Nacional do Turismo, dispensar-nos-emos de elaborar demasiado sobre a importância que o sector assume no contexto económico nacional. Todos conhecemos e reconhecemos o peso dos rácios estatísticos e a componente social e promocional que representa para o País.

E, para arrumarmos desde logo a questão, também nos congratulamos que 2007 tenha sido o ano de alguns recordes, com os 12,3 milhões de turistas estrangeiros à cabeça, entre outras marcas positivas.

Só que, 2007 já lá foi, e a história de 2008 já é outra, terminando em forte quebra, e o que se perspectiva daqui para a frente em decréscimo de viajantes, dormidas, receitas, rotas aéreas, taxas de ocupação, desemprego, investimento, tem de tudo, menos de tranquilizante.

E, se a intenção e a apresentação subjacentes a este projecto de lei, ocorreram em conjuntura substancialmente diversa da actual, com segurança diremos que os seus pressupostos e objectivos mais se justificam face à crise global que entretanto se abateu sobre a economia, e sobre o Turismo muito em particular, conhecida que é a sua extrema sensibilidade a todos os fenómenos gerem instabilidade ou insegurança, seja ela de natureza física ou económica.

A complexidade e o carácter transversal desta actividade impõem o desenvolvi-

mento e a implementação de novos modelos de gestão pública descentralizada e o reforço da participação dos cidadãos, das empresas e do associativismo.

O Conselho Nacional do Turismo poderá corporizar essa nova visão prospectiva e partilhada da administração pública do turismo, funcionando como um verdadeiro fórum de reflexão e debate, no qual sejam analisadas e discutidas em profundidade, ainda antes de serem publicadas, as propostas de medidas governamentais com impacto no sector.

Pretende-se ainda que o Conselho Nacional do Turismo, naturalmente sem se substituir aos órgãos instituídos, assuma um papel pró-activo, apresentando e discutindo propostas de diversa natureza com impacto no sector.

Como órgão meramente consultivo, as suas deliberações não têm carácter vinculativo, mas têm a autoridade de uma alargada representatividade.

É presidido pelo membro do Governo com a tutela do turismo e reúne um alargado número de conselheiros representativos dos diferentes organismos da administração pública do turismo, empresas, universidades, escolas, associações empresariais e sindicatos.

Consoante a natureza das matérias, o Conselho funcionará em Plenário ou em Secções especializadas, propondo-se as de Formação Profissional e Ensino do Turismo, Estruturação da Oferta, Promoção Externa e Interna e Agências de Viagens, Empresas de Animação e Profissionais de Informação Turística.

O Conselho não gerará despesa pública adicional significativa, ficando na directa dependência do órgão do Governo que tutela o turismo, o qual que lhe assegurará os meios de funcionamento.

Sr. Presidente, Senhoras e Senhores Deputados, registamos com agrado o parecer favorável dos Governos Regionais da Madeira e dos Açores, e da Assembleia Legislativa Regional da Madeira, com algumas sugestões correctivas de pormenor merecedoras de acolhimento. E, mesmo o parecer desfavorável da Assembleia Legislativa Regional dos Açores, funda-se sobretudo na consideração discutível de um excessivo número de entidades propostas para integrar o Conselho Nacional do Turismo.

Ora, o PSD declara-se desde já disponível para acolher em sede de especialidade propostas de alteração à composição deste órgão consultivo que conduzam a uma representação equilibrada do sector, e que não coloque em causa a eficácia do seu funcionamento.

A propósito, convirá salientar que, aqui ao lado, o Conselho Espanhol do Turismo, criado em 2005, tem 61 membros, e é presidido pelo Ministro com tutela no Turismo. E, logo a seguir, o Conselho Nacional do Turismo, em França, criado em 2005 também, tem 200 membros, e é presidido igualmente pelo Ministro que tutela o sector.

Este, o da composição, é apenas um dos ângulos como este projecto de lei pode ser abordado. Porque, verdadeiramente, a pedra angular é saber se existe ou não vontade política de voltar a criar um espaço de diálogo permanente, criativo, construtivo e representativo das componentes pública e privada do sector turístico em Portugal, como já houve em tempos passados.

É neste ambiente, e num sector como a especificidade do Turismo, que urge procurar consensos alargados e uma actuação dialogante do poder político, sabendo ouvir os principais interessados e conhecedores do sector, as suas preocupações e propostas. É uma postura que não se compadece com tentações de autismo, arrogância ou auto-suficiência. Diálogo, precisa-se! Abrangência, recomenda-se! – José Mendes Bota





Intervenção do Deputado Aguiar Branco no encerramento do debate sobre Educação e Avaliação

Senhor Presidente, Senhor Ministro, Senhoras e Senhores Deputados,

Chegamos, agora, ao final de um debate sobre Educação e, mais particularmente, sobre a matéria da avaliação dos professores.

Não escondemos que ao requeremos este debate, pretendíamos, antes de mais, recolocar em discussão a questão da avaliação dos professores e suspender o iníquo processo que está em curso.

Não esquecemos que, há algumas semanas atrás, o Grupo Parlamentar do PSD não deu um contributo positivo, sobre esta matéria, - e que isso teve influência no resultado objectivo dessas mesmas votações.

Não queremos, agora, arguir as dúvidas legítimas que existem sobre o resultado final das votações.

Não queremos, tão pouco, escudarmo-nos na verdade deliberadamente esquecida de que, tratando-se de Projectos de Resolução, mesmo que aprovados, o Governo não seria obrigado a seguir essa orientação do Parlamento.

Aquilo que é central, o que importa reter, é que o Grupo Parlamentar do PSD sempre agiu, nesta matéria da avaliação, sem reservas mentais, sem cinismo ou hipocrisia políticas.

Pensamos, hoje, o mesmo de há muitos anos: Somos a favor, repito, somos a favor da avaliação. Que não restem quaisquer dúvidas sobre isso.

Temos manifestado, ao longo deste processo, uma posição de abertura e de responsabilidade. Por isso, criámos condições para que, neste debate potestativo, todos os Grupos Parlamentares apresentassem as suas iniciativas legislativas. Não quisemos, nem queremos, coarctar o debate.

Porém, não vagueamos na onda das conjunturas ou do tacticismo políticos, nem nos prenderemos com aspectos de conjuntura, ou da mera tática mesquinha da política, quando, daqui a pouco, expressarmos, através do nosso voto, o que pensamos do actual processo de avaliação dos professores.

E lanço daqui um desafio a todos as senhoras e senhores deputados: não vale a pena invocar razões menores, porventura formais, ou até nem isso, para não se apoiar o que está, neste momento, verdadeiramente em questão: suspender o actual modelo de avaliação dos professores.

Agora, que não é “a feijões”, será mais fácil sabermos quem se fica pela poética dimensão da retórica e quem assume as consequências da efectiva afirmação da convicção.

Como ficou claramente demonstrado neste debate,

como é óbvio pela instabilidade que existe na sociedade portuguesa e em particular nas famílias,



como resulta do caos que se vive hoje em muitas e muitas escolas,

aquilo que se pede ao Governo e à maioria, é menos arrogância, menos insensibilidade e mais humildade.

Na vida não basta apenas ter razão, se tal fosse o caso, e não é, do governo nesta matéria.

Para além da razão das nossas convicções temos que lutar para atrair para o nosso lado a razão da maioria dos agentes do sistema educativo. Caso contrário, a nossa luta é - será, inevitável e impiedosamente, uma luta perdida.

Na vida política devemos lutar, sem hesitações, pela afirmação das nossas convicções. Isso é justo e é eticamente imperioso. Porém, alhearmo-nos da realidade, ignorar o contexto social é, antes de mais, uma pura expressão de teimosia, de arrogância e de falta de cultura democrática.

Aquilo que este Governo pretende com o actual modelo de avaliação dos professores é simples: impor, condicionar e ameaçar; em suma, é ter, apenas e simplesmente, uma atitude autoritária.

É confundir a força da razão com a razão da força.

O Governo deve, com humildade democrática, reconhecer que fez uma abordagem inadequada desta matéria. Que se precipitou. E que com isso, irreflectidamente, lançou o caos nas nossas escolas.

O Governo deve, com humildade democrática, reconhecer que criou um clima de desconfiança no sistema educativo que poderá, inclusive, colocar em questão o próprio ano lectivo que está em curso.

É por isso que, hoje, lançamos, de novo, um apelo ao Governo e, sobretudo aos deputados da maioria socialista:

- acabemos com um processo que está errado, que criou uma conflitualidade nunca vista nas nossas escolas.

- acabemos com um modelo de avaliação dos professores que não dá garantias de ser sério, justo, prático e eficaz e que, por isso, é rejeitado pela esmagadora, senão mesmo a unanimidade, dos professores.

Cometer erros é próprio da natureza humana. Porém, não devemos recluir, um minuto que seja, em reconhecer um erro que afecta milhares de pessoas. E devemos ser suficientemente objectivos e flexíveis para, ao admitir esse erro, o corrigir.

Está em causa o nível de qualificação a dar a milhares de jovens portugueses.

Está em causa a qualidade do activo mais precioso de um país: a dos seus recursos humanos.

Actuar de forma cega, pensando erroneamente que isso é ser determinado, como acontece com a actual equipa do Ministério da Educação, é caminhar para prática de erros ainda maiores, que

poderão vir a pôr em causa a própria existência de um verdadeiro processo de avaliação dos professores.

Senhoras e Senhores Deputados, Se há uma virtude neste longo processo de tensão, deste processo esgotante e crispado, é a unanimidade que hoje existe, em toda a sociedade portuguesa, dos professores, aos alunos, passando pelos Sindicatos e famílias, da necessidade de haver um sistema de avaliação do desempenho dos docentes.

E o pior que pode acontecer é que, com a arrogância e o autoritarismo, ou com manobras tácticas ou falsos pruridos formais, se ponha em questão este ganho de causa.

Mudar de posição não demonstra fraqueza nem indecisão se os pressupostos de partida estavam errados.

E o caminho a seguir aponta numa outra direcção. Primeiro, suspender o actual modelo de avaliação. De seguida, adoptar um modelo transitório para o corrente ano lectivo. Por fim, até ao final do ano lectivo em curso, aprovar um enquadramento legislativo e regulamentar do novo modelo de avaliação, cuja aplicação se deve iniciar no próximo ano lectivo.

O governo e a maioria devem, ainda, olhar para o Estatuto da Carreira Docente e perceber que muitos dos problemas com que estamos, agora, confrontados têm aí o seu cerne, como é o caso da existência de uma absurda dupla carreira, com professores de primeira e professores de segunda.

E é por isso que votaremos favoravelmente, na generalidade outras Iniciativas Legislativas, sem prejuízo de, na especialidade, manifestarmos a nossa discordância quanto a disposições em concreto.

Nesta nova caminhada deve procurar-se envolver todos os agentes do sistema educativo, tendo como objectivo último melhorar a eficiência da Escola e os resultados dos alunos, que faça com que Portugal, a curto prazo, não tenha de se envergonhar quando, periodicamente, é conhecida a sua posição nos rankings internacionais em várias disciplinas.

Para tal, o Governo deve ter espírito aberto, colocar de lado o seu autoritarismo e a sua arrogância e avançar para um processo negociado aberto e com novos pressupostos.

Nas vésperas da tomada de posse do novo Presidente dos Estados Unidos relembro ao Governo uma máxima seguida por um outro de que Barack Obama, aliás, se diz seguidor - John Kennedy - nunca negociar por medo - mas nunca ter medo de negociar.

Disse.



Agendamento potestativo

Projecto de lei 614/X

Paulo Castro Rangel

08 de janeiro de 2009

Senhor Presidente,
Senhor Ministro,
Senhoras e Senhores Deputados,

1. Precisamente dois anos volvidos sobre a publicação do Estatuto da Carreira Docente e um ano decorrido sobre o Decreto-Regulamentar n.º 2/2008, que introduziu o malfadado modelo de avaliação dos professores, a escola portuguesa encontra-se, por responsabilidade exclusiva do Governo, numa situação de impasse e bloqueio.

A escola portuguesa vive neste exacto momento, e de um ano a esta parte, a maior e mais prolongada crise desde o início do regime democrático.

2. Tal como as coisas se encontram hoje, não se vislumbra qualquer solução ou princípio de solução para esta crise – a maior e a mais grave, repito, desde o 25 de Abril.

Nesta altura, e depois de um primeiro período lectivo altamente perturbado, com sérios danos e prejuízos para os alunos, as famílias, os professores e as escolas, o que está em causa, já só e tão-somente, é salvar o segundo e o terceiro períodos, ou seja, salvar o ano lectivo de 2008/2009.

3. É, aliás, estranho e caricato – permita-se o aparte – que o Primeiro-Ministro, em face da grave crise económica e financeira, com uma atitude e uma retórica própria das façanhas de um qualquer super-herói da banda desenhada, anuncie que se dispõe a salvar toda e qualquer empresa, e, depois, perante o manifesto impasse e o bloqueio da vida escolar, não se mostre minimamente preocupado em salvar o ano lectivo de 2008/2009, em resolver a profunda crise que se vive nas escolas em Portugal...

Senhor Presidente,
Senhoras e Senhores Deputados

4. O PSD tem posições muito críticas sobre a política de educação deste Governo e, designadamente, sobre esta matéria do modelo de avaliação dos professores.

Mas hoje, e perante a gravidade da situação vivida por alunos e famílias no meio escolar, o essencial não é apurar culpas, imputar erros, exercer o legítimo contraditório político-partidário.

Não!

Hoje é absolutamente imperioso reconhecer que está em causa o regular funcionamento das instituições educativas, reconhecer que as escolas portuguesas vivem em “estado de sítio” institucional, e que assim não podem desempenhar a missão que lhes está confiada.

5. O PSD reconhece até, sem qualquer problema, ao Governo o mérito de ter



reintroduzido na agenda pública o princípio benigno e correcto da avaliação dos professores.

Esclareça-se que o princípio é bom e é correcto, mas o modelo em questão é mau e é impraticável.

E mais: que foi apenas reintroduzido, pois tal princípio já estivera em vigor na década de 90.

Na verdade, é sabido que, antes dos Governos PS, presididos por António Guterres, existia já um modelo de avaliação e de progressão que impunha provas públicas para acesso ao topo da carreira.

E foi, na altura, o Governo PS (a que o actual Primeiro Ministro e o Ministro dos Assuntos Parlamentares pertenciam) que terminou com essa exigência para a progressão, sem que ninguém o tivesse pedido ou reclamado!

6. Pois, bem, Senhores Deputados da Assembleia da República, perante a crise instalada nas escolas

e a impotência do Governo para a resolver, o Parlamento português não pode ficar indiferente, não pode alhear-se, não pode meter a cabeça na areia.

E, por isso, o PSD apresenta aqui um projecto de lei que visa suspender o modelo de avaliação em vigor,

que fracassou e falhou a todos os títulos, impõe a adopção pelo Governo de um modelo transitório para o presente ano lectivo e a elaboração de um novo modelo de avaliação para os anos futuros.

Porque se trata de um projecto de lei, todos nós, Deputados, dispomos pela primeira vez, da oportunidade de determinar, com força obrigatória e vinculante, a suspensão deste modelo de avaliação.

Não se trata agora de uma mera resolução ou recomendação ao Governo, trata-se, isso sim, de uma lei da República,

que criará decerto as condições para retomar a normalidade nas escolas.

7. Note-se, Senhoras e Senhores Deputados, que o PSD teve o cuidado de redigir e formular um projecto de lei aberto e neutral, o mais abrangente possível, de modo a que este possa recolher o maior grau de consenso parlamentar.

Apesar de o PSD ter uma conhecida posição substantiva, relativamente à avaliação dos docentes, traduzida na preponderância dos critérios de avaliação externa, que justamente tornam desnecessária e inútil a existência de quotas e, bem assim, a divisão da carreira em duas classes estanques.

Apesar disso, o PSD prescindiu, na sua iniciativa legislativa, de vincular o Governo à matriz de avaliação do PSD.

Por um lado, porque isso representaria, numa iniciativa vinculante e com força obrigatória, como é esta, uma limitação da separação dos poderes.

Na verdade, a regulamentação da avaliação é matéria típica de governo e administração escolar ou educativa.

Por outro lado e não menos importante, porque o PSD quer deixar ao Governo e aos agentes educativos todo o espaço para negociarem um modelo de avaliação praticável, justo, eficaz e desburocratizado, seja já para este ano lectivo, seja para os futuros anos lectivos.

Finalmente, porque mais do que impor as suas ideias ou tirar proveitos de cariz partidário, a grande ambição desta iniciativa é devolver o clima de estabilidade e normalidade às nossas escolas, é devolver aos professores a possibilidade de se centrarem no exercício da sua profissão, é dar aos alunos e às famílias portuguesas a garantia de que a escola é, de novo, um espaço de aprendizagem e ensino.

O PSD não quer com esta iniciativa uma vitória política ou um lucro partidário: o PSD quer ver resolvido um dos mais sérios e urgentes problemas da actual sociedade portuguesa.

E, por isso mesmo, porque não está à espera desses dividendos partidários, o PSD aceitou que, no quadro de uma iniciativa sua, fossem agendados e votados os projectos de outros partidos.

Senhoras e Senhores Deputados

8. É esta a proposta do PSD: retomar a normalidade da vida escolar, salvar o ano lectivo 2008/2009, encontrar um modelo justo de avaliação dos professores.

Mas que isso seja feito com dignidade e respeito por todos os envolvidos.

Sem a inaceitável e inqualificável chantagem do Governo, pela voz do Secretário de Estado Jorge Pedreira, que, no que respeita à mobilidade dos professores titulares, inclui ou exclui 2300 vagas no concurso de Fevereiro em função de

um atestado de “bom comportamento” sindical.

Entendamo-nos: ou a inclusão destas 2300 vagas serve o interesse público e o interesse nacional e deve ser efectuada em qualquer caso; ou não serve e então não deve levar-se avante.

O que nunca se viu e fere todos os princípios da ética republicana e da ética da governação, é o recurso à ameaça, à birra, numa palavra dura mas exacta, à chantagem.

E quando se fala em dignidade e respeito, também se exige que o Governo não desqualifique nem maltrate os professores enquanto profissionais e enquanto pessoas.

Com efeito, é inadmissível que, no discurso político, que deveria ser discurso de Estado, se arranque do pressuposto da má-fé e da reserva mental dos professores.

Insistindo-se sistematicamente e assumindo-se que 150.000 pessoas, porque estão contra um modelo de avaliação que se mostrou inadequado e que falhou rotundamente, estão contra qualquer forma ou modelo de avaliação profissional.

Mas alguém de bom senso acredita que 150.000 portugueses, dedicados à causa do ensino, estão unanimemente contra a avaliação do seu desempenho e que, quando solicitam uma suspensão, querem afinal o fim de qualquer avaliação?

É tempo de acreditar mais nos portugueses e no contributo que eles podem dar para a nossa vida colectiva!

E o PSD acredita nos professores, na sua dedicação aos alunos e no seu sentido do interesse público.

9. Senhoras e Senhores Deputados:

Chegou o momento da verdade.

O momento em que há um projecto de lei que suspende efectivamente este péssimo e falhado modelo de avaliação;

Que impõe ao Governo, na sua esfera de autonomia de acção, a adopção de um outro modelo, em convergência com os parceiros educativos, acautelando uma solução transitória para este ano lectivo.

Um projecto neutral, abrangente e aberto, que dê espaço às partes para encontrarem uma via de regresso à normalidade da vida escolar.

Um projecto que, agora sim, tem força obrigatória e vinculante.

Quem esteve ao lado de uma simples recomendação que, ainda por cima tinha critérios substantivos, estará decerto ao lado deste projecto e da sua vontade de pacificar a nossa comunidade educativa.

Chegou o momento da verdade.

O momento de saber quem quer salvar este ano lectivo, quem quer uma avaliação equilibrada e justa dos professores, quem põe os alunos, as famílias e as escolas em primeiro lugar.



Reflexões sobre uma entrevista do P.M.

J. Pacheco Pedreira (*)

1 – Um País sem esperança

Portugal é já há muito tempo um país sem esperança. Vão longe os tempos em que cresceu pela última vez, quando o progresso do país se podia ver nas fotografias aéreas, quando vilas e pequenas cidades quase duplicavam no interior do país. Era no tempo em que a primeira vaga de “betão” atravessava literalmente o país, o tempo dos cartazes “europeus” anunciando os apoios que a recente entrada na Europa fazia jorrar pela primeira vez, era o tempo em que “modernizações” (como o IVA) que ficaram até hoje mexiam no tecido arcaico da nossa burocracia, o tempo em que uma revisão constitucional bloqueada tempo demais restituiu ao país o dinamismo de uma economia fora do estado, o tempo em que a privatização da televisão, dos jornais e a explosão das radios mexeram numa modorra ainda salazarista, o tempo em que com uma maioria de governo se governou e com uma presidência que acabou com as veleidades de “socialismo aprofundado” que numa primeira volta travaram o seu ultimo combate institucional, foi o tempo de Cavaco Silva primeiro-ministro e de Mário Soares no primeiro mandato.

Depois houve momentos de euforia, mas já não de esperança. Era como se houvesse que aproveitar os milhões com que a bolsa fazia enriquecer muitos, enquanto o governo distribuía benesses aos empresários, aumentos de salários e milhares de empregos no estado. Valia tudo e muita gente ganhou muito dinheiro, mas todos sabiam que não se estava a construir, como nos anos anteriores, mas a gastar. Era primeiro-ministro António Guterres e foi com ele e com o seu ministro das Finanças Pina Moura que as nossas desgraças actuais começaram e começaram de forma quase criminoso. O país deve-lhes o maior desperdício possível no menor espaço de tempo, e uma factura que deixou o país de “tanga”, expressão não muito feliz, mas inteiramente verdadeira.

O pai e a mãe do nosso descalabro foram Guterres e Pina Moura, algo que não podemos esquecer com a tendência que o actual Primeiro-ministro tem em começar tudo em 2005. Barroso e Santana pecaram por falta de coragem em ir mais longe nas duras medidas restritivas necessárias (convém não esquecer que Barroso e o PSD encarregaram-se de afastar Manuela Ferreira Leite que as defendia e a quem acusavam de impedir o partido de ganhar as eleições), mas encontraram já a máquina frágil da nossa economia muito avariada pelo esbanjamento dos anos Guterres. Como os portugueses são sábios e muitos, ainda lembrados das suas recentes origens camponesas, manhosos, aproveitaram o que puderam, mas sabiam com o que contavam depois. Amanhã se veria.

2 – O Primeiro-Ministro que foge para a frente

Esse “Amanhã” deu-nos Sócrates, vitorioso por sobre o desastre santanista, com todas as condições para tentar remendar o que o seu anterior governo (Sócrates foi ministro de Guterres) tinha originado e que a inconsistência Barroso-Lopes acabara por deixar intacto ainda por cima com o onus de iniciar a austeridade.

Sócrates fez campanha por um programa expansionista, de redução de impostos, de investimentos do Estado, contra a “obsessão do défice” e depois fez exactamente



o contrário. Fez pouco e atabalhoadamente e, vemos agora, sem grande consistência. Na verdade, antes do início da “crise que veio de fora”, estava instalada a “crise de dentro”, com os números de Sócrates muito perto dos de Santana em 2005, e nalguns casos até muito pior como no emprego. Mas Sócrates tinha um plano para ganhar as eleições.

Na verdade, mesmo antes da “crise” que agora serve para tudo, Sócrates contava regressar ao “betão” para que o “betão” lhe desse o habitual: empresas satisfeitas, autarquias agradecidas pelo “progresso”, emprego, e votos. Ou seja, Sócrates preparava-se para voltar ao mesmo padrão de Guterres e para, no final do mandato, começar a gastar muito dinheiro, com as eleições à vista. Enquanto Guterres distribuía dinheiro em grandes sessões em hotéis de luxo com os empresários, Sócrates chamou-os ao escuro dos gabinetes e aí negociou com eles. Só que as coisas correram mal, muito mal e a “crise que veio de fora” encontrou-se com todas as debilidades da “crise que veio de dentro”. E, como é seu hábito, Sócrates foge em frente, disparando medidas para todos os lados, acertando nalguns casos em que copia o modelo europeu, mas misturando irremediavelmente a sua idiossincrasia autoritária e controladora, com a sebenta estatista do socialismo. Entre duas medidas possíveis Sócrates escolhe sempre aquela que maior controlo dá ao estado, logo ao governo e aquela que menos conta com a liberdade e a individualidade de pessoas e empresas. Recusa-se por isso a fazer aquilo que melhor, mais imediata e menos burocraticamente daria resultados em melhorar a situação de pessoas e empresas – baixar os impostos – a favor do subsídio e do apoio directo do estado, logo do governo. E ele encontrou na crise uma excepcional maneira de mandar mais, nem que para isso tenha que atirar dinheiro, muito dinheiro, por cima dos problemas. Dinheiro que o país não tem e dinheiro, que a curto prazo, ninguém nos querará emprestar. Aproxima-se um desastre, mas como só será para a década de dez, Sócrates não se importa. Sócrates fiel discípulo de Guterres, prepara-se para deixar as gerações futuras com uma dívida gigantesca, ou seja, a condenar o país à pobreza.

3 - E quem é que tinha razão?

É. Pouca gente o dirá porque isso significa morder a língua das suas próprias afirmações e críticas, mas quem tinha razão foi Manuela Ferreira Leite. Quem pela primeira vez chamou a atenção para o problema social que se avizinhava, ainda Sócrates negava a crise? Quem pôs em causa a sustentabilidade do programa faraónico das obras públicas? Quem chamou pela primeira vez (em termos muito próximos dos que o Presidente usou agora) para o problema da dívida? Quem propôs medidas que iam noutro sentido – por exemplo, em vez de incentivos a novos empréstimos às pequenas e médias empresas, já muito endividadas, sugeriu que o estado pagasse as dívidas e baixasse os impostos? Ou seja, outro caminho muito diferente, alternativo, pensando na “crise que vem de fora”, mas evitando agravar a “crise que vem de dentro”. O patrulhamento que o governo faz da líder da oposição, assim como o ruído interno, tem tornado pouco audível a voz de Manuela Ferreira Leite, mas quanto aos factos não há volta a dar.

– (*) Professor universitário, escritor, comentador político





Mudar de vida... ou “Mas que Estado é este?”

Ricardo Rio (*)

Ao longo das últimas semanas, na qualidade de Vereador na Câmara Municipal de Braga, promovi várias reuniões e contactos informais com diversas estruturas sindicais, organismos públicos, dirigentes de associações empresariais, instituições de cariz social e empresários deste Concelho.

De uma forma geral, o balanço foi idêntico, pesado e negro, temendo-se um claro agravamento da situação económica e social no futuro próximo.

Para lá do que as notas oficiais de cariz partidário podem transcrever, ficam os desabafos, as inconfidências, os alertas para uma acção determinada que possa pelo menos sustentar o impacto deste verdadeiro tsunami económico em que Portugal sofre muito mais que as ondas de choque dos abalos internacionais.

“-Isto vai morrer, doutor! Isto vai morrer...” – dizia-me ainda ontem um empresário de relevo do mais pujante sector económico local.

“-Sabe qual é o volume de trabalhadores que está a pedir para receber em dinheiro vivo, de maneira a que os seus salários não possam ser automaticamente retidos pelos Bancos em que estão em incumprimento?” – perguntava-me outro há dias.

“-Ninguém paga a ninguém! Estamos perante uma enorme bola de neve em que mesmo os poucos negócios que existem são virtuais...” – voltava a lamentar-se o primeiro.

“-O doutor imagina o que é ver uma família de aparentes posses, com estatuto na sociedade, a passar fome e com vergonha de pedir apoio? Fome, mesmo. De comer dia sim, dia não ou de ter que esperar pela nossa ajuda...”- atirava-me uma responsável de uma IPSS.

Desempregados, no concelho de Braga, são mais que 8.000. No Distrito, a taxa de desemprego sobre para os 14%. No Centro de Emprego de Braga (que agrega os concelhos de Vila Verde, Amares e Terras de Bouro) há mais de 2.500 jovens licenciados inscritos.

Dos vários milhares de jovens que concluem a sua formação superior a cada novo ano, são cada vez mais os que partem para o estrangeiro, em busca de melhores alternativas, que se mudam para as duas grandes metrópoles do Continente ou que se dedicam a actividades indiferenciadas (como Caixa de Hipermercado, Lojista, Motorista, para lá de outras ocupações de cariz administrativo, na indústria, restauração e hotelaria ou na construção civil).

Será que a culpa está nas Universidades? Essas “gastadoras” que nem dinheiro



têm para manter as instalações abertas todo o ano?

Mesmo os empregos existentes são exemplos-vivos do badalado “trabalho precário”. Baixos salários, horários exigentes, pouco vínculo, quase nenhuma perspectiva de carreira. Novos tempos. E não vale a pena culpar as leis por isso ou pensar que vai ser diferente tão cedo.

“-Sabe, por força das dificuldades de inserção no mercado de trabalho e da ausência de um mercado de arrendamento, são cada vez mais os jovens que ficam a morar com os pais até idades avançadas, muitas vezes para lá dos 30 anos, hesitando em constituir família.” – frisava também um responsável de uma instituição de cariz social.

“Pior. Face ao enorme nível de incumprimentos dos créditos à habitação, são cada vez mais os casais que entregam as suas casas para pagamento das dívidas ao Banco e que voltam a morar com os progenitores.” – acrescentava um bancário presente.

No âmbito da formação, lamenta-se a falta de visão estratégica, o esbanjamento de fundos em acções sem capacidade de reforço das qualificações ou da empregabilidade dos formandos, centradas em áreas de intervenção com reduzidas saídas profissionais.

Ao nível central, pergunta-se que Estado é este que diminui o investimento, mormente em dotação de recursos humanos, a uma estrutura como o Centro de Emprego numa altura em que o seu movimento mais que terá duplicado? E como justificar a incapacidade de dar resposta aos projectos concretos que poderiam ser a bóia de salvação para algumas centenas de profissionais?

E que Estado é este que cria crescentes dificuldades burocráticas e administrativas ao nível da Segurança Social no acesso às prestações sociais dos trabalhadores quando estes mais precisam?

Ao nível local, faltam espaços de discussão informal entre todos os parceiros económicos e sociais. Falta criar rotinas de colaboração, monitorização e acção, que não se cinjam às horas de aperto em que dificilmente se vão encontrar soluções milagrosas.

E falta, seguramente, quem assuma a liderança. Quem diga basta. Quem inverta as prioridades tradicionais e coloque verdadeiramente as pessoas em primeiro lugar. Quem desenvolva todos os esforços para proteger os mais carenciados e para dar apoio aos mais capazes e empreendedores.

Quem tome consciência de que só com uma vida digna, com um rendimento capaz, com um emprego e com perspectivas de futuro é que se pode desfrutar dos passeios na Avenida ou das peladinhas nos renovados sintéticos do Concelho.

Tudo o mais, são promessas vãs de votos de fim de ano que mal se ouvem enquanto a banda tocar...

- Economista, Presidente da CPS/PSD-Braga, Vereador da CMB, correspondente do PL





Notícias da Madeira

Alberto João Jardim no encerramento das jornadas parlamentares do PSD/Madeira

O presidente do PSD/Madeira, Alberto João Jardim, classificou hoje o primeiro-ministro do PS, José Sócrates, como o “maior inimigo da Madeira desde o 25 de Abril”.

Jardim falava no encerramento das jornadas parlamentares social-democratas que decorreram no concelho de Santana nos últimos dois dias.

“Nem com o Cunhal, que até tinha algum respeito por alguns aspectos da vida da Madeira”, declarou, avisando que “o maior inimigo da Madeira vai ser candidato a primeiro-ministro”.

O líder madeirense alertou para o facto de que 2009 será “não um ano de rosas mas de espinhos”, acrescentando ser necessário “banir a ilusão de que os socialistas vão afrouxar as agressões sobre a Madeira”.

“Desde o Orçamento de 2007, incluindo as previsões para 2009, são roubados à Madeira, face à anterior Lei de Finanças Regionais, 200 milhões de euros, o que significa 700 mil euros por cada madeirense”, argumentou.

Segundo Jardim, “o PS vai continuar a fazer-nos a vida negra”.

Realçou que os madeirenses não podem contar com Presidente da República e com o seu Representante na região “porque já demonstraram que não conseguiram travar a falta de ética do PS nas atitudes impostas ao povo da Madeira”.

“Temos mais uma vez que contar com a nossa capacidade e experiência de sobreviver a anos de sucessivas dificuldades”, opinou.

Falou do separatismo, dizendo que este crime “está em Lisboa e é mais grave por se evidenciar em instituições do Estado português” e considerou que um dos objectivos do PSD/M é manter a normalidade da vida na região, apesar das dificuldades económicas e financeiras que o país enfrenta.

“A situação em Portugal é muito mais grave do que está a vir a público. É um

descalabro total e não se consegue bem perceber como se exigiu tantos sacrifícios aos portugueses, sem se saber onde está o dinheiro”, destacou.

Para Jardim “Portugal está neste momento a viver em cima de uma panela de pressão a ferver”.

CPR/Madeira e os próximos actos eleitorais

A comissão política regional do PSD/Madeira reuniu pela primeira vez este ano na sede do partido no Funchal para abordar, entre outros aspectos, a estratégia do partido para as três eleições que se realizam em 2009.

A reunião foi presidida pelo presidente do PSD/M, Alberto João Jardim.

A agenda de trabalho incluía ainda a análise da situação política regional e nacional, face ao contencioso relacionamento entre os executivos madeirense e central, situação que levou Jardim a escrever ao Presidente da República, a 30 de Dezembro, apelando para que exerça a sua magistratura de influência para contornar os prejuízos causados à região pelas medidas do governo de José Sócrates.

Além da preparação da actividade partidária para este ano, marcado pela realização de três actos eleitorais, a comissão política regional social-democrata apreciou a formalização de uma queixa junto da União Europeia contra o tratamento discriminatório da TÁP relativamente à Madeira.

O encontro serviu ainda para marcar as reuniões da Comissão Política e do Conselho Regional até final do primeiro trimestre do ano.

Após a reunião, o porta-voz da Comissão Política Regional do PSD/M, Guilherme Silva, garantiu que, da Madeira não partirá qualquer iniciativa que ponha em causa a liderança nacional do



Partido.

“Não é o PSD/Madeira, uma parte integrante do nosso Partido, que vai pôr em causa ou derrubar uma liderança nacional. Nunca o fez no passado, nem tomará nenhuma iniciativa nesse sentido actualmente”, declarou.

Guilherme Silva argumentou que está a chegar o momento do PSD/Madeira confrontar a direcção nacional com a questão de saber se “está em condições de assegurar estar em condições de retirar a maioria ao PS, substituindo-a por uma do PSD, e derrubar José Sócrates”.

Guilherme Silva explicou que o PSD/M “respeitará” a decisão tomada pelo Partido, “sem prejuízo, se ela fracassar de ter também a atitude de exigência de prestação de contas no momento próprio e tomar as medidas adequadas”.

Segundo este dirigente social-democrata, “se se chegar a uma situação de haver lugar a um congresso no PSD em que se discuta a liderança, se for essa a vontade de Jardim, o PSD/M irá apoiar a sua candidatura sem hesitação”, disse.

Contudo, Guilherme Silva considerou que o desafio lançado quarta-feira pela líder nacional, Manuela Ferreira Leite, a José Sócrates, para um debate sobre situação económica e medidas de combate a crise, podem indicar que se iniciou “um novo ciclo na postura da direcção do PSD relativamente aos combates que se avizinham, designadamente às eleições legislativas para a Assembleia da República”.

Para a Comissão Política do PSD/M, a calendarização dos actos eleitorais “não depende directamente do PSD”, tendo deliberado fazer um apelo às bases e militantes no sentido do empenho face

à “exigência do ano político com um calendário eleitoral pesado”.

O PSD/M decidiu assim programar jantares nos vários concelhos, “não para anunciar candidatos mas para definir estratégias para motivar as populações da Madeira”, realçou Guilherme Silva.

Um dos aspectos apontados na análise política nacional é que “persiste da parte do Governo da República e de José Sócrates uma atitude discriminatória em relação à Região Autónoma” de que é exemplo a rejeição das propostas de alteração apresentadas pelo PSD de reforço de 200 milhões de euros em sede de Orçamento de Estado para 2009, opinou.

“Receia-se que o conjunto de actos eleitorais em 2009 leve a que a maioria socialista na República continue a manter este cerco e atitude de perseguição e discriminação da Madeira, sem nenhum sentido de Estado, numa postura meramente sectária e partidária em relação à Região”, mencionou.

A Comissão Política do PSD/M criticou ainda o representante da República, Monteiro Diniz, por ter solicitado ao Tribunal Constitucional a fiscalização preventiva do diploma relativo ao financiamento dos partidos e grupos parlamentares na Região.

Sustentou que esta decisão “envolve a ideia de se introduzirem restrições e dificuldades da vida democrática”, quando esta foi a forma encontrada para contornar, nos últimos 30 anos de democracia, “o problema dos partidos regionais que a Constituição não consente”, uma situação que não é nova, visto que a lei do financiamento dos partidos na Região já vai na nona alteração, pelo que é uma situação “estranha e absurda”, concluiu.

– Fonte: Lusa



Três “oficinas” de sensibilização e conhecimento



A Câmara Municipal de Aveiro abriu inscrições para três oficinas: Oficina de Língua Gestual Portuguesa – nível III, Oficina de Pintura a Óleo sobre Tela e Madeira e Oficina e Oficina de Musicoterapia que se realizarão na Casa Municipal da Juventude de Aveiro.

A Oficina de Língua Gestual Portuguesa – nível III dá continuidade às formações já ocorridas e tem por finalidade primordial sensibilizar e familiarizar as pessoas, educadores, professores e amigos dos surdos com a Língua Gestual Portuguesa para facilitar a comunicação no quotidiano. Terá lugar aos Sábados, de 10 de Janeiro a 28 de Fevereiro, das 9.30 às 18.00 horas, excepto nos dias 21 e 28 de Fevereiro que será das 9.30 às 13.00 horas, na Casa Municipal da Juventude.

Limitadas a 20 participantes, as inscrições da Oficina de Língua Gestual a

cargo de Ana Susana Silva Cortes, encontram-se abertas até ao dia 9 de Janeiro, de Segunda a Sexta-feira, das 10.30 às 13.00 horas, na Casa Municipal da Juventude de Aveiro. Tem o custo de 25 euros.

No que diz respeito à Oficina de Pintura a Óleo sobre Tela e Madeira, os interessados em participar deverão inscrever-se até ao dia 9 de Janeiro, também na Casa Municipal da Juventude de Aveiro. As inscrições são limitadas a 12 participantes com mais de 14 anos de idade e tem o valor de 25 euros.

A cargo de Rosângela Larraz, a formação decorrerá nos dias 9, 16, 23, 30 de Janeiro e 6 de Fevereiro, das 20.00 às 23.00 horas, na Casa Municipal da Juventude de Aveiro.

Por fim, a Casa Municipal da Juventude de Aveiro tem inscrições abertas até 14 de Janeiro para a Oficina de Musicot-

erapia destinada a técnicos de educação, saúde, psicologia e animação. Orientada por Márcia Vasconcelos que possui Licenciatura em Psicopedagogia Curativa pela Universidade Moderna do Porto, master em Musicoterapia pela Universidade Lusíada de Lisboa e membro da Direcção da Associação Portuguesa de Musicoterapia, a formação ocorrerá nos dias 19, 26 de Janeiro, 2 e 9 de Fevereiro, das 19.30 às 22.30 horas.

Promover o conhecimento da prática da musicoterapia junto dos técnicos de diversas áreas, bem como a reflexão, o debate e a partilha de experiências vivenciais facilitadoras do desenvolvimento pessoal e profissional dos formandos, são os objectivos da Oficina que tem o custo de 30 euros e é limitada a 16 participantes.

– CM Aveiro

O Museu Marítimo de Ílhavo

O Museu Marítimo de Ílhavo nasceu a 8 Agosto de 1937.

Lugar da memória dos ilhavenses que o criaram, o Museu começou por assumir uma vocação etnográfica e regional.

Foi e é testemunho da forte ligação dos ilhavos ao mar e à Ria de Aveiro. A “faina maior” (a pesca do bacalhau à linha com dóris de um só homem) nos mares da Terra Nova e da Gronelândia e as fainas agro-marítimas da Ria são as referências identitárias do Museu.

A cada um dos temas corresponde uma exposição permanente que oferece ao visitante a possibilidade de reencontrar inúmeros vestígios de um passado ainda recente.

Na Sala dos Mares, a terceira exposição permanente do Museu, mostra-se uma rica colecção de instrumentos náuticos e miniaturas de embarcações de outros tempos.

Além da riqueza das suas colecções e exposições, o edifício onde hoje habita o Museu Marítimo de Ílhavo, inaugurado a 21 de Outubro de 2001, é só por si uma obra de arte pública. É um belo exemplar

de arquitectura moderna, num preto e branco bem conjugado com a volumetria dos espaços. Visitar o Museu Marítimo de Ílhavo é embarcar numa aventura dos sentidos; conhecimento e lazer.

O Museu dispõe de um Auditório com capacidade para 180 pessoas sentadas e a Biblioteca. O Museu tem recebido, desde a sua operacionalização, um número extraordinário de visitantes, que faz dele um sucesso indiscutível.

Novos Centros Escolares e Ampliação de Escolas

O Executivo Municipal deliberou aprovar a adjudicação da construção do Centro Escolar Senhora do Pranto à firma Encobarra, SA., pelo valor da proposta apresentada de 1.710.000,00 Euros, tendo um prazo de execução de 8 meses.

O novo Centro Escolar da Senhora do Pranto vai ser composto por duas salas de Pré-Escolar, oito salas de aula do 1º Ciclo, uma sala polivalente/refeitório, uma biblioteca, uma sala de professores, além de um espaço de recreio devidamente dimensionado e apetrechado, ficando localizado junto à Escola Secundária de Ílhavo. Este novo Centro Escolar substituirá o actual Jardim-de-Infância e Escola de 1º Ciclo da Senhora do Pranto que serão desactivados perspectivando-se a sua demolição.

O Executivo Municipal deliberou ainda aprovar a adjudicação da construção do Centro Escolar da Cale da Vila à firma Famicasa SA., pelo valor da proposta



apresentada de 1.445.628,65 Euros. Esta obra tem um prazo de execução de 8 meses. O novo Centro Escolar da Cale da Vila vai ser composto por três salas de Pré-Escolar, quatro salas de aula do 1º Ciclo, uma sala polivalente/refeitório, uma biblioteca, uma sala de professores, além de um espaço de recreio devidamente dimensionado e apetrechado, ficando localizado entre a actual Escola do 1º Ciclo da Cale da Vila e a Escola Secundária da Gafanha da Nazaré. Este novo Centro Escolar vai complementar a oferta da actual Escola de 1º Ciclo da Cale da Vila e vai substituir o actual Jardim-de-Infância da Cale da Vila (que será transformado em Creche).

Esta duas obras seguem agora para visto do Tribunal de Contas.

Para além destes dois novos Centros Escolares, o Executivo Municipal deliberou proceder à abertura de três concursos públicos para a ampliação das Escolas de 1º Ciclo de Vale de Ílhavo, da Presa-Légua e da Coutada. Estas obras vão permitir a ampliação de duas para quatro salas de aula nas três Escolas, e criar pela agregação física e funcional, os novos Centros Educativos de Vale de Ílhavo, da Presa-Légua e da Coutada.

Estas obras estão definidas na Carta Educativa como objectivos prioritários e vão utilizar Fundos Comunitários do QREN (que participam o investimento em cerca de 45%), por força da aprovação das candidaturas da Câmara Municipal de Ílhavo ao Programa Operacional da Região Centro. – CM Ílhavo





Adesão à Entidade de Turismo do Porto e Norte de Portugal

Os vereadores do PSD apresentam amanhã, na reunião da CMB, uma proposta de Adesão à Entidade de Turismo do Porto e Norte de Portugal e a esse propósito enviaram ao “PL” o seguinte comunicado:

Recordamos que dos 85 Municípios pertencentes a esta NUT II apenas 6 não aderiram a esta Entidade Regional, sendo que os demais cinco (que não Braga) se encontram inseridos no Pólo Douro, pelo que possuem argumentos para justificar a sua não adesão imediata a esta estrutura.

Bem pelo contrário, nada justifica que o Município de Braga se distancie deste processo estratégico, com razões que põem a nu a lógica de colocação dos interesses pessoais e partidários à frente dos reais anseios do Concelho num sector tão importante para o tecido económico local e, por inerência, para o desenvolvimento de Braga e a criação de emprego.

Assim considerando que:

- i) o turismo é um sector de primordial importância para o futuro do País e se estima que o peso económico deste sector na economia nacional aumentará consideravelmente no séc. XXI,
- ii) é vital implementar instrumentos de dinamização de sinergias locais na exploração de roteiros turísticos,
- iii) Braga é um Concelho com inúmeros factores competitivos do ponto de vista da sua capacidade de atracção e fidelização de turistas nacionais e internacionais, com especial ênfase para o seu rico espólio patrimonial, etnográfico, religioso e gastronómico – que se constituem como marcas ímpares em todo o País,
- iv) o número de dormidas e estadias nos estabelecimentos hoteleiros concelhios é francamente deficitário face às reais potencialidades da oferta turística bracara-reNSE,
- v) é primordial destacar o papel da Bracara Augusta no legado histórico não só da região, nem tampouco do país, mas de toda a Península Ibérica e Europa Ocidental,
- vi) a dinamização da promoção turística pode ser potenciada e recolher sinergias várias no contexto de uma estrutura supra-municipal, como é o caso das entidades criadas pelo Decreto-Lei n.º 67/2008, de 10 de Abril,
- vii) pela sua importância política, social, económica e geográfica, Braga tem de ocupar um lugar de destaque nessa nova realidade associativa;

Considerando ainda que:

- viii) a Comissão Instaladora da Entidade Regional de Turismo do Porto e Norte de Portugal, da qual fazem parte, além das extintas Regiões de Turismo e da tutela, a Associação Nacional de Municípios Portugueses, a Área Metropolitana do Porto, a Associação Portuguesa de Hotelaria, Restauração e Turismo e a ADETUR, aprovou por unanimidade, em 16 de Julho de 2008 a proposta de estatutos que de imediato enviou para o Governo para homologação e da qual resultou a Portaria 1039/2008, anexa à presente proposta,
- ix) a adesão dos municípios a estas entidades “depende de manifestação prévia e expressa nesse sentido” (art. 7.º, n.º 2 do referido DL),
- x) “A participação de um município na respectiva entidade regional de turismo constitui um requisito de acesso aos programas públicos de financiamento na área do turismo com recurso a fundos exclusivamente nacionais” (art. 7.º, n.º 5 idem),
- xi) atentas a missão e atribuições desta nova Entidade (cfr. Artigo 3º da referida Portaria), é de todo o interesse que o Município de Braga a integre como associado,

submete-se à apreciação do Executivo da Câmara Municipal de Braga, reunido em sessão ordinária, a 15 de Janeiro de 2009, a proposta de Participação do Município de Braga na entidade regional de turismo do Norte (denominada Turismo do Porto e Norte de Portugal) e a aprovação dos seus Estatutos, anexos a esta proposta, tendo



em vista a submissão da mesma à Assembleia Municipal de Braga. - Os Vereadores Ricardo Rio, Serafim Rebelo, Filomena Bordalo e Américo Afonso

Após visita ao presépio de Priscos, Ricardo Rio prometeu colaborar com a criação em Braga do “maior Presépio Vivo do mundo”

O Vereador e Candidato à Presidência da Câmara Municipal de Braga, Ricardo Rio, o líder do PSD e Coordenador da Bancada deste Partido na Assembleia Municipal, João Granja, o Deputado Municipal António Macedo Barbosa e outros dirigentes e Autarcas do PSD visitaram no passado Domingo o Presépio de Priscos, na companhia do Presidente da Junta de Freguesia local, Carlos Sá.

Tal como já sucedera no ano anterior, e, por maioria de razão, face ao significativo crescimento do número de quadros e figurantes, os Autarcas Social Democratas enalteceram o extraordinário trabalho desenvolvido pelos responsáveis deste projecto, que assim puderam constatar in-loco, no quadro de um são convívio com os inúmeros visitantes e participantes que se prolongou por toda a tarde do passado dia 4.

Na ocasião, Ricardo Rio expressou o sentimento de “grande orgulho” pela colaboração prestada à concretização da iniciativa por tantos e tantos Bracaraenses, desta e de outras Freguesias do Concelho, numa clara expressão do “sentido de comunidade” que importa cultivar nos mais diversos domínios de intervenção.

Por outro lado, Ricardo Rio enalteceu também a importância estratégica deste tipo de iniciativas para colocar cada vez mais Braga no mapa turístico do País e da Euro-Região: “mesmo com um número tão reduzido de apresentações, o Presépio conseguiu atrair a Priscos mais de 35 mil visitantes e colocou o nome desta Freguesia de Braga, pelos melhores motivos, em todos os órgãos de comunicação social nacionais”.

“Graças à criatividade e arrojo dos promotores” e à dedicação e disponibilidade de tantos, esta iniciativa é já um marco nas celebrações Natalícias de todo o Norte de Portugal e um importante factor de dinamização económica para o sector da restauração das freguesias vizinhas neste período”, acrescentou.

A delegação de Autarcas do PSD teve ainda a oportunidade de trocar algumas impressões com o Pe. João Torres, principal mentor do projecto e pároco da Freguesia de Priscos, que além de fazer um balanço extremamente positivo da edição em curso já apresentou várias pistas para a concretização de iniciativas análogas cada vez mais ambiciosas e de maior dimensão.

Na sequência desse contacto, Ricardo Rio expressou a sua intenção de colocar a Câmara Municipal de Braga como parceiro activo de projectos desta natureza, enquanto verdadeiros instrumentos de marketing territorial, capazes de alavancar a “marca” Braga no contexto interno e externo, em modalidades de apoio a acordar mas que terão que ir além dos 500 Euros de subsídio atribuídos a esta iniciativa.

Já na óptica do Padre João Torres há condições humanas, espaciais e materiais para transformar o Presépio de Priscos no maior Presépio Vivo do Mundo, com alguns milhares de figurantes. - Gabinete Autárquico do PSD de Braga

PSD de Viana acusa Defensor Moura de acções impróprias ao ameaçar demitir-se de perder o referendo sobre a Comunidade Intermunicipal Minho-Lima

O PSD de Viana do Castelo acusou hoje o presidente da câmara local (PS) de fazer “chantagem” com a ameaça de se demitir se o “Sim” vencer o referendo à integração do concelho na Comunidade Intermunicipal Minho-Lima.

“O referendo não é um plebiscito a Defensor Moura [presidente da Câmara]. A sua acção irá ser avaliada em 2009, quando os vianenses forem chamados a eleger os novos ‘agentes’ dos órgãos autárquicos. Por isso, chegou a hora de Defensor Moura terminar com a vitimização e com a chantagem”, refere, em comunicado, a concelhia do PSD.

“O PSD condena a postura do autarca e estranha mesmo que alguém que se diz legitimado pelos votos dos vianenses possa, num desrespeito total para com estes, afirmar que se demite caso perca o referendo, numa autêntica birra de mau perdedor”, acrescenta.

Aquela estrutura partidária esclarece ainda que o PSD pediu a realização do referendo, mas não pediu a antecipação de eleições autárquicas nem a demissão



do presidente da Câmara Municipal, caso o “Sim” vença.

“Chegou a hora de Defensor Moura assumir os seus actos. Quem disse que se ia demitir, foi ele próprio. Ninguém o

pressionou nesse sentido. No referendo, não está em causa a gestão autárquica do presidente da Câmara Municipal. Ele foi legitimado pelos votos dos eleitores nas eleições autárquicas”, lê-se ainda no

comunicado.

O referendo está marcado para 25 de Janeiro, dia em que os 79.382 eleitores de Viana do Castelo serão chamados a responder à pergunta: “Concorda que o Município de Viana do Castelo integre a Comunidade Intermunicipal Minho-Lima?”.

Moura é o principal defensor do “Não” e já anunciou que se o “Sim” vencer se demitirá de presidente da Câmara, quaisquer que sejam os níveis de afluência às urnas.

O autarca contesta o princípio “Um município, um voto”, preconizado pela lei do associativismo municipal, e defende que o princípio deveria ser “um cidadão, um voto”.

Os adeptos do “Sim” alegam que só dentro da comunidade é que Viana do Castelo poderá afirmar a sua liderança como capital de distrito e ter acesso à sua fatia de um bolo de 70 milhões de euros que o Quadro de Referência Estratégico Nacional reserva para o Alto Minho.

– Fonte: Lusa

Notícias do Algarve

Declarações do Ministro Santos Silva são “surrealistas”, diz Mendes Bota

O presidente da distrital social-democrata de Faro, José Mendes Bota, considerou hoje que “o PS deve ter ficado muito perturbado” com uma possível candidatura do ex-inspector da PJ Gonçalo Amaral à câmara de Olhão.

Reagindo a declarações do dirigente socialista e ministro dos Assuntos Parlamentares Augusto Santos Silva, Mendes Bota afirmou à agência Lusa que “o PS deve ter ficado muito perturbado” com a possibilidade de Gonçalo Amaral ser candidato pelo PSD à presidência da Câmara Municipal de Olhão.

De acordo com Mendes Bota, as declarações de Augusto Santos Silva são “uma coisa absolutamente surrealista, que só vem provar que deve ser uma candidatura que perturba bastante o PS”.

“Como dirigente do PSD não deixo

de estranhar que o ministro Santos Silva, do PS, esteja tão perturbado com a notícia que se permita querer interferir em escolhas de candidatos autárquicos do PSD”, acrescentou.

Em declarações à agência Lusa na quinta-feira, o ministro dos Assuntos Parlamentares manifestou-se surpreendido por, um dia depois da concelhia social-democrata de Olhão ter anunciado que tinha escolhido Gonçalo Amaral para candidato à câmara, “nenhum elemento da direcção do PSD se demarcar dessa iniciativa”.

Segundo Santos Silva, a escolha de Gonçalo Amaral “revela que a direcção do PSD perdeu qualquer noção de credibilidade” e optou por “mais uma rendição ao populismo”.

O dirigente socialista acusou a di-



recção de ser “cúmplice com alguém que julga que é possível sair de uma instituição de polícia de investigação criminal para, sem qualquer período de nojo, intervir logo directamente e activamente como protagonista político”.

Mendes Bota contestou a ideia de que Gonçalo Amaral esteja impedido de ser candidato às autárquicas: “Não vejo que ninguém esteja impedido de exercer a sua cidadania. Então um ex-polícia não pode exercer a sua cidadania no conceito do ministro Santos Silva e um ex-ministro pode ir logo para uma empresa que tenha tutelado? Isso não lhe dá nojo?”.

O presidente do PSD/Faro argumentou que, “em termos gerais, é sempre positivo para o PSD ter candidatos com notoriedade e simpatia pública”, desde que “seja uma notoriedade simpática ao olhar da população”.

Sem querer comentar em concreto a escolha da concelhia de Olhão, que terá “ainda de ser formalizada” e depois sujeita a aprovação da distrital a que preside, Mendes Bota adiantou, contudo, que as reacções que tem recebido da população são “muito positivas”.

“As reacções que tenho recebido desde que isto veio nos jornais e na televisão, são reacções muito positivas. Tenho recebido mensagens, telefonemas de pessoas de Olhão que se sentem revitalizadas e motivadas por este combate”, relatou à agência Lusa.

“Só estou a falar do que eu sinto. Na rua há um sentimento positivo em relação a um homem que a maioria considera sério, honesto, que tem sido vítima de perseguição, até ao nível internacional, com contornos estranhos”, reforçou o social-democrata.

Mendes Bota escusou-se, apesar disso, a “antecipar uma reunião da distrital que ainda vai ter lugar”.

“A distrital, em plena liberdade, irá a seu tempo tomar a sua decisão. Aguardo



com serenidade que o processo corra os seus trâmites partidários. Estamos com muita esperança de reforçar a nossa posição predominante no Algarve e ter o melhor resultado de sempre”, concluiu.

Sobre Gonçalo Amaral, o presidente do PSD/Faro disse tratar-se de “um militante discreto”, que só há dois meses soube que era filiado no partido e com quem falou pela primeira vez nessa ocasião. “Politicamente não tem experiência, mas todos nós começámos sem experiência nenhuma”, observou.

Mulheres sociais-democratas partilham experiências políticas

No dia 10 teve lugar em Silves, uma acção de formação que visou desenvolver na partilha de experiências entre mulheres que já ocupam lugares na política local,

nomeadamente, ao nível autárquico.

O objectivo desta acção é, como o próprio nome indica, proceder a um revisitar de percursos de mulheres, umas que já têm alguma experiência na política activa e outras que, não tendo essa experiência, têm vontade de participar activamente nas actividades do PSD Algarve.

O ponto de encontro para esta tarde de trabalho foi o Castelo de Silves, constituindo mais uma actividade do Movimento das Mulheres Sociais-Democratas do Algarve, coordenado por Antonieta Guerreiro.

Salienta-se a participação da histórica militante do PSD Algarve, Leontina de Sousa, e das autarcas, cuja presença já foi até ao momento confirmada, nomeadamente: Isabel Soares, presidente da Câmara de Silves; Elsa Cordeiro, vereadora da Câmara de Tavira; Marlene

Silva, vereadora da Câmara Municipal de Albufeira; Rosa Cigarra, membro da Comunidade Intermunicipal do Algarve e da Assembleia Municipal de Aljezur e recentemente eleita líder do PSD/Aljezur; Ana Ferreira Santos, membro da Assembleia Municipal de Aljezur; Angela Matias, membro da Assembleia de Freguesia de São Clemente, em Loulé e Ana Carla Abreu, membro da Assembleia de Freguesia de Portimão.

Estas, e outras mulheres, deram o seu contributo e ajudaram outras cidadãs a uma maior integração na cena política local e regional.

No final do encontro houve um jantar convívio que contou com a presença do presidente da secção do PSD de Silves, José Pedro Soares, e do Vice-Presidente do PSD/Algarve, Marcos Guia, que encerrou os trabalhos. – CPD/Faro

Notícias do Porto

Rui Rio comemorou sete anos de gestão com um discurso de balanço

Rui Rio assinalou a passagem de mais um ano - o sétimo - como Presidente da Câmara Municipal do Porto, com um discurso de balanço sobre a cidade e a política municipal que tem vindo a ser seguida. Uma prática que, de resto, o autarca qualificou como “salutar”, por considerar “ser dever de todo aquele que trata da coisa pública, e que recebe a confiança do povo para gerir o que é de todos, dar conta do que faz e porque o faz”.

A cerimónia, que decorreu no Salão Nobre dos Paços do Concelho, contou, este ano, com a presença - na qualidade de orador convidado - do Prof. Cândido Agra, fundador e presidente da Escola de Criminologia da Faculdade de Direito do Porto, a cuja génese dedicou várias décadas da sua vasta carreira académica como criminólogo e que abordou o tema da (In)Segurança Urbana.



Na sua comunicação, o Presidente da CMP aludiu às principais reformas encetadas ao longo deste período em cada uma das vertentes estratégicas que desde sempre corporizaram o programa de acção política com que, em 2001, se apresentou, pela primeira vez, ao eleitorado portuense.

A coesão social emerge, pois, no topo das prioridades. Neste domínio, destacou o investimento que tem sido feito na recuperação e requalificação dos bairros sociais, rubrica que tem absorvido a maior fatia do orçamento municipal.

“Muito bairros sociais do Porto estão já reabilitados e todos os que ainda não o estão têm condições para o estar a meio do próximo mandato autárquico. É, em minha opinião, dinheiro público bem gasto”, afirmou.

Rui Rio sustentou, a propósito, que se esse trabalho tivesse sido ignorado com todas as contingências a ele associadas - como, por exemplo, a degradação da vida de milhares de portuenses, a injustiça social e a germinação de uma maior insegurança urbana - a cidade estaria hoje a viver um problema de dimensões mais vastas. “Tínhamos algumas bombas-relógio prontas a explodir que, no espaço de poucos anos, poderiam evoluir para situações como aquela que, por exemplo, se vive hoje no Bairro do Aleixo”, afirmou, referindo-se a um bairro para o qual - como é público - também já existe solução.

Demolição do S. João de Deus - “um momento reconfortante”

É, pois, neste quadro que a recente demolição do que restava do Bairro S. João de Deus assumiu particular importância e um relevante incentivo, tanto do ponto de vista político como até no plano pessoal, como fez questão de observar.

“Nunca, na minha vida, vi degradação humana e social tão grande como a que presenciei no S. João de Deus e, por isso, a demolição do seu último bloco, no passado dia 16, constituiu, para mim, dos momentos mais reconfortantes de toda a minha carreira política e profissional”.

“Queremos uma cidade mais segura, socialmente mais justa e mais coesa e em que todos tenham a melhor qualidade de vida possível. São muitos os portuenses que, por via desta requalificação dos bairros sociais, têm hoje, efectivamente, melhor qualidade de vida e uma ajuda real para ficarem mais perto da felicidade... e quando assim é, acho que ficamos, todos, mais perto da felicidade”, reiterou.

Ainda no contexto da coesão social, o Presidente da CMP fez duas referências importantes: a necessidade do relançamento do programa Porto Feliz, cuja carta por si dirigida à Ministra da Saúde não obteve resposta, e a Educação, cujo balanço - como assinalou - é bem mais agradável do que o do combate à toxicod dependência, um tema a que ainda voltará até ao fim do presente mandato com um novo apelo ao Governo.

O programa de reabilitação das escolas públicas do primeiro ciclo do ensino básico - as que são da responsabilidade da Câmara - encontra-se em estado bastante avançado, o que, para o Presidente do Executivo autárquico, constitui motivo de “orgulho”.

“Também temos orgulho nas actividades extra curriculares que criámos, nos quadros interactivos - e que, inclusive, muitas escolas privadas ainda não têm - ou em projectos inéditos como o “Porto de Futuro”, em que as principais empresas da região trabalham connosco em parceria, para melhorar as escolas que as nossas crianças frequentam”, acrescentou.

Reanimação da Baixa: uma tarefa gigantesca para a qual têm sido dados passos seguros

A reanimação da Baixa afigura-se como a segunda prioridade do actual Executivo. Apesar de se tratar de uma obra para realizar ao longo de mais de



uma década, os passos que nesse sentido têm vindo a ser dados fazem acreditar no sucesso da tarefa, quer ao nível das iniciativas de animação, com vista a fazer renascer a tradição de “vir à Baixa”, quer em termos de reabilitação do edificado.

A consecução do Plano de Gestão para o Centro Histórico, anunciado em Dezembro último, por altura do 12º aniversário em que este ícone da cidade obteve da UNESCO o galardão de Património da Humanidade constituiu, neste domínio, um marco importante.

No plano da mobilidade, o Presidente da CMP destacou o projecto do Metro na sua dimensão urbana e metropolitana, sem esquecer as recentes vicissitudes ocorridas recentemente.

“É profundamente lamentável a forma como este Governo tem tratado o projecto do Metro do Porto. Sabe criticar, sabe controlar politicamente, sabe assinar acordos que não cumpre, mas não sabe fazer avançar o projecto de forma séria e, fundamentalmente, em harmonia com os Municípios”, afirmou.

Ainda no âmbito da mobilidade, referência ainda para a construção dos acessos ao viaduto da Prelada, o que fará com que esta infra-estrutura tenha, finalmente, (e ao cabo de duas décadas), utilidade para a cidade em termos de circulação automóvel.

Estradas de Portugal ainda não pagou dívida à Câmara «Um “calote” de seis anos é triste sinal dos tempos que estamos a viver»

A instalação de radares na VCI foi outro factor importante para a melhoria do trânsito na cidade e zonas limítrofes. No entanto, a Empresa Estradas de Portugal continua a dever à CMP meio milhão de euros, correspondentes ao seu contributo na instalação desses radares.

“Uma dívida de 500 mil euros há 6 anos não incomoda quem deve. Pergunto-me, muitas vezes, como foi possível Por-

tugal chegar a um ponto de degradação ética e moral como aquele que vivemos”, observou, interrogando-se: “Seria possível, num país com valores firmes, uma instituição pública manter um calote por 6 anos? Julgo que não, mas trata-se, como disse, de tristes sinais dos tristes tempos que todos estamos a viver”.

Equilíbrio das contas

Em contraponto a este paradigma, Rui Rio relevou a importância do equilíbrio orçamental do município, criticando a actuação do Tribunal de Contas para com a autarquia portuense. “É, aliás, justamente para não fazer a mesma figura que a Estradas de Portugal e outros organismos da administração central que não pagam o que devem, que tudo fizemos para reequilibrar as contas do Município. Neste mandato, todos os orçamentos tiveram superavit e, por isso, o nosso passivo tem descido. Pagamos a fornecedores a 30 dias e temos reduzido a nossa dívida bancária para patamares equilibrados”, salientou, reiterando, peremptoriamente, um compromisso ético e político: “Comigo à frente da Câmara Municipal do Porto tudo será feito para que os orçamentos continuem equilibrados e para que a Câmara tenha honra e respeitabilidade na praça, pagando o que efectivamente deve, a tempo e horas”.

Reabilitação de equipamentos emblemáticos da cidade

O Presidente da CMP chamou ainda a atenção para o que classificou de “revolução” em curso, no que respeita à recuperação e requalificação de equipamentos emblemáticos da cidade, como são os casos do Rivoli, do Mercado Ferreira Borges, Palácio de Cristal, Mercado do Bom Sucesso e Praça de Lisboa, Palácio do Freixo, Sea Life Center e Mercado do Bolhão.

“Governar o Porto e dar qualidade de vida às pessoas é estar em cima dos

problemas reais e encontrar soluções concretas para os resolver”, declarou. Por isso - adiantou - “sempre rejeitámos a visão daqueles que nos entretêm com discursos mais ou menos vazios, alicerçados na pseudo intelectualidade de estratégias megalómanas que, por norma, concluem, à míngua de melhor imaginação, que o Porto está parado e definhado. Só que que os portuenses elegem um Executivo municipal para ele estar presente e de corpo inteiro a resolver os seus problemas, a cuidar da sua cidade e, dessa forma, a projectar a região e a engrandecer o próprio país”.

Defesa do Parque da Cidade e de um modelo autónomo de gestão para o Aeroporto Sá Carneiro

A conclusão do dossiê relativo ao Parque da Cidade, através de um acordo extrajudicial visando colocar um ponto final nos processos pendentes relativos a três parcelas de terrenos, foi outro assunto que mereceu relevância.

“Ao contrário do que certos jornais escreveram, este acordo não permite construções dentro do Parque. Este acordo limita-se a dar, também, cumprimento a uma outra sentença judicial que reconheceu a legalidade de um PIP aprovado pelo anterior Presidente da Câmara, dois dias antes de sair, e que prevê construções num lote de terreno privado junto à Avenida da Boavista, fora dos limites do Parque e entalado entre outras construções já existentes há dezenas de anos”, esclareceu Rui Rio, explicitando: “A melhor prova de que não escreveram a verdade foi justamente o facto de o Partido Socialista ter votado contra o acordo, precisamente por ele não permitir as construções que esse partido sempre defendeu”.

O arranque das obras do Parque Oriental, cujos primeiros 100 mil metros quadrados serão inaugurados ainda este ano, e os resultados conseguidos pela



Empresa Municipal Águas do Porto foram, igualmente, objecto de referência especial.

À escala metropolitana e na qualidade de líder da JMP, Rui Rio destacou os esforços desenvolvidos na defesa de um modelo autónomo de gestão para o Aeroporto Francisco Sá Carneiro, relativamente ao de Lisboa, enaltecendo a adesão inédita que esta causa tem vindo a merecer por parte das forças vivas da região Norte do país, que, sobre esta matéria, têm falado a uma só voz.

“O Porto e o Norte têm o direito a ter uma infra-estrutura aeroportuária que sirva a economia da região e não o investimento financeiro do novo aeroporto da capital. É por isso que temos de continuar a lutar - por nós e pelas gerações vindouras, que gostaríamos que pudessem herdar uma região mais desenvolvida do que aquela que hoje temos e que, manifestamente, tem vindo a atrasar-se”, advogou.

Apresentação do Professor Cândido Agra

Senhor Professor Cândido Agra:

A tradição que referi e que me leva a proferir todos os anos, a 8 de Janeiro, um discurso sobre a política municipal, consiste também em dar voz a uma individualidade de elevada craveira intelectual sobre um tema que se revele importante para a cidade do Porto.

Tivemos noutros anos figuras de enorme relevo como o Prof. António Barreto, o Prof. João Lobo Antunes, ou o filósofo francês Luc Ferry. Todos eles abordaram, do alto do seu conhecimento e da sua envergadura intelectual, temas importantes para o desenvolvimento do Porto.

Este ano, elegemos como tema de relevo para a cidade, “a segurança urbana”. Uma matéria que, de forma crescente tem vindo a preocupar não só os portuenses, como a maioria dos portugueses em geral. É, também, uma matéria que nos é muito cara e que está no centro da nossa primeira prioridade política que é, como disse, a coesão social. Toda a nossa política tem como pano de fundo a justiça social e a igualdade de tratamento e de oportunidades para todos aqueles que vivem no Porto. Mas é também com o firme propósito de melhorarmos a segurança urbana que colocamos a questão

social no centro das nossas prioridades.

Ao contrário do que alguns pensam, a política que temos seguido, nesta matéria, não é só dirigida às camadas mais desfavorecidas. É dirigida a todos - porque quando a cidade se desequilibra socialmente, a insegurança que, de imediato, toma conta da sociedade afecta-nos a todos; aos pobres, aos ricos e, fundamen-

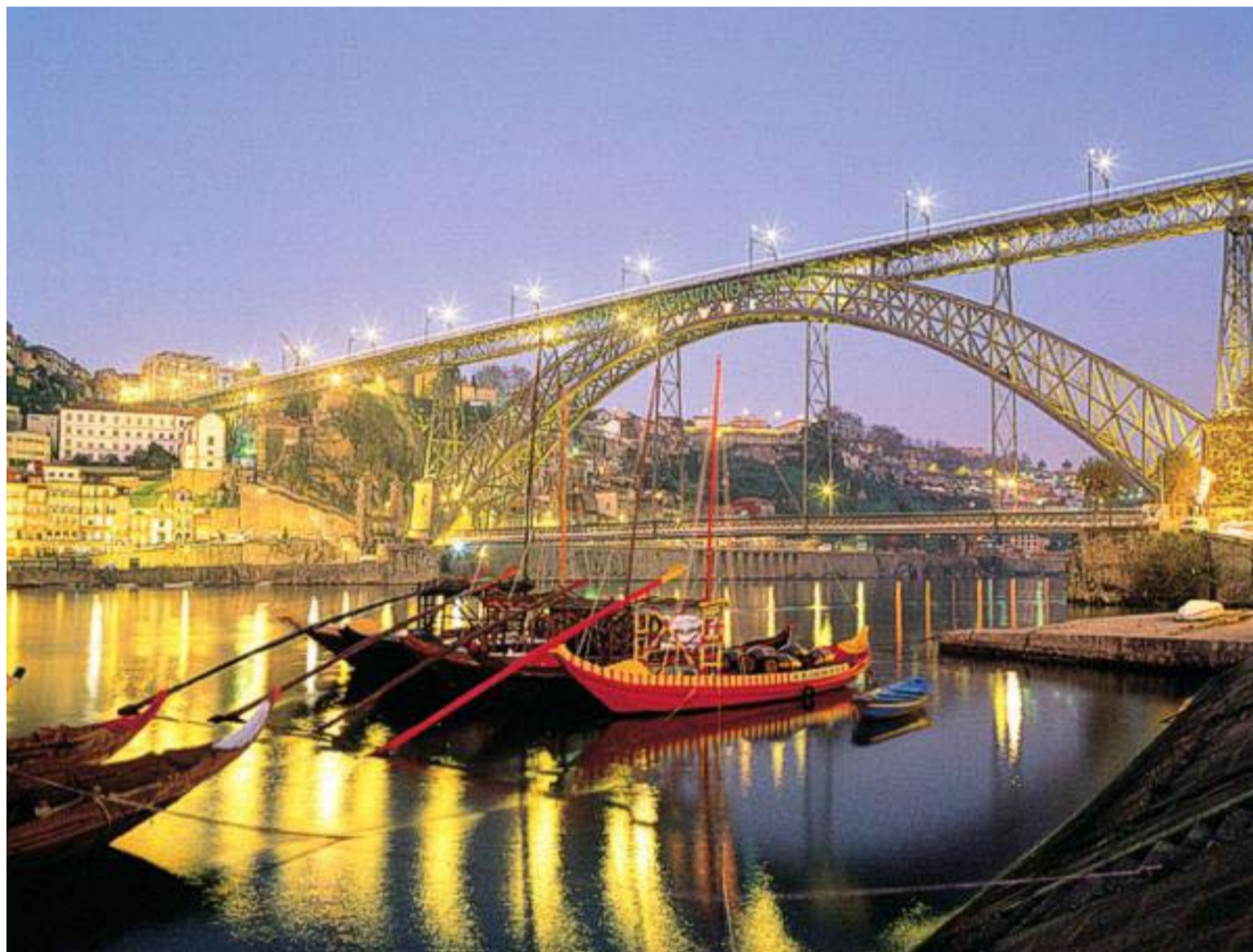
vindo a estudar também o fenómeno da insegurança no Porto, é a personalidade que nos dá a honra e o prazer de ter aceite o nosso convite.

Muito lhe agradeço, Senhor Professor.

Estou certo que o trabalho que tem vindo a desenvolver é de subida importância para todos nós. Não esperamos

na sua zona de residência durante muito tempo.

“Podemos, pois, concluir que os portuenses estão fortemente vinculados à sua área de residência”, afirmou Cândido Agra, que é catedrático da Universidade do Porto, Director e fundador da Escola de Criminologia da Faculdade de Direito e um nome respeitado no meio



talmente, à classe média.

Por isso, escolhemos para palestrante o cientista português mais conceituado nesta matéria, o Sr. Professor Cândido Agra, Catedrático da Universidade do Porto, Director e fundador da Escola de Criminologia da Faculdade de Direito, professor convidado da Universidade de Montreal no Canadá, director do Observatório de Delinquência juvenil e autor dos mais variados trabalhos sobre criminologia em Portugal e no estrangeiro. O Prof. Cândido Agra que tem

menor complexidade na sociedade de amanhã, pelo que não esperamos que a marginalidade e a delinquência baixem por simples evolução natural. Bem pelo contrário. Teremos de estar atentos aos ensinamentos de V.Exa., se quisermos uma sociedade mais livre e mais segura.

No que ao Porto diz respeito, é esse o nosso propósito.

Por isso, o convidamos.

E, por isso, temos trabalhado na firme convicção de que só com trabalho, com determinação e com dedicação à causa pública é que conseguiremos um Porto que nos orgulhe ainda mais, do que aquilo que ele, já hoje, a todos, nos orgulha e nos engrandece.

Muito obrigado.

Cândido Agra: “Portuenses estão fortemente vinculados à sua área de residência

Segundo dados divulgados pelo Prof. Cândido Agra apurados pelo Observatório de Segurança do Porto, de que é responsável científico, 90% dos cidadãos do Porto mostraram-se satisfeitos com a área de residência onde vivem.

Por outro lado, 90% dos inquiridos responderam afirmativamente quando lhes foi perguntado se, na sua zona, se sentiam em casa, e mais de 80% atribuem elevada importância ao facto de viverem na sua respectiva zona. Finalmente, mais de 75% expressaram o desejo de viverem

da Criminologia e das Ciências do Comportamento na Comunidade Científica Internacional.

Relativamente às percepções das desordens na cidade (físicas, comportamentais e sociais), aquele especialista referiu que “o mapeamento das preocupações dos portuenses é diferenciado consoante as zonas”.

“Numa determinada zona, a fonte de preocupação dominante é a desordem física (a degradação do espaço, a iluminação, os graffitis, o lixo, a habitação devoluta); noutras zonas, já são as desordens comportamentais (consumo de álcool, drogas, prostituição, agressões, etc.) e noutras zonas ainda são as desordens a que chamarei micro-sociais e de funcionamento, como são os casos do trânsito e do ruído”, afirmou.

“As análises estatísticas que fizemos mostram que há correlações profundas entre as desordens físicas e as desordens comportamentais e sociais, o que significa que quanto mais degradado é o espaço, mais convoca a comportamentos desviados de diferente tipo”, adiantou.

Esmagadora maioria dos portuenses sente-se segura na sua zona

Sobre o sentimento de insegurança, uma em duas pessoas sente-se insegura quando sai depois do pôr-do-sol, o que para Cândido Agra não constitui propriamente uma novidade, por se tratar de



uma questão estandardizada e comum à generalidade dos inquiridos, mesmo no âmbito internacional.

“Quanto ao sentimento de vitimização, entre 10 a 30%, consoante as zonas, afirmam sentir esse risco, mas a esmagadora maioria dos portuenses sente-se segura na zona em que reside e insegura fora da sua habitação”, declarou o criminólogo, que desempenha funções de docência em várias universidades estrangeiras, em especial na de Montreal (Canadá).

O sentimento de insegurança e os seus paradoxos

“Este dado é interessante, por se tratar do chamado paradoxo da insegurança e corrobora outros dados de investigação apurados internacionalmente. Ou seja, as medidas da insegurança objectiva mostram que as pessoas são mais frequentemente vítimas na área onde residem ou mesmo dentro de casa. Somos mais vitimizados na nossa zona de residência e até mesmo em casa, mas à medida que delas nos afastamos temos mais medo”, revelou.

O segundo paradoxo relaciona-se com a noite e o dia, sendo que - do seu ponto de vista - a noite está, geralmente, associada emocionalmente a mais crime, o que faz com que as pessoas evitem sair depois do pôr-do-sol. “Ora as medidas da criminalidade mostram que a grande maioria dos crimes são praticados durante o dia, um paradoxo confirmado pelos dados apurados pelo Observatório de Segurança do Porto”, uma entidade constituída através de um protocolo de colaboração entre a CMP e a Universidade do Porto, mais concretamente com a Faculdade de Direito e Escola de Criminologia do Porto.

“Temos, pois, de concluir que se existe racionalidade na percepção do crime e no sentimento de insegurança, também existe irracionalidade. Nesta matéria, os nossos sentimentos não têm muito sentido. Utilizando uma metáfora da meteorologia, é como se pegássemos no guarda-chuva quando faz sol e saíssemos para a rua desabrigados quando está a chover”, concluiu Cândido Agra, que é também membro do Conselho Científico da International Society of Criminology, além de participar e dirigir projectos internacionais de investigação, designadamente o Assensing Deviance, Crime and Prevention, financiado pela União Europeia. – Fonte: CMP

A Câmara aprovou as bases de um acordo extrajudicial que encerrará todo o contencioso relativo a decisões de venda de parcelas de terrenos no Parque da Cidade, autorizadas pelo socialista Nuno Cardoso

A maioria PSD/PP no executivo municipal do Porto acusou hoje os vereadores socialistas de pretenderem “fazer renascer” o projecto das construções no Parque da Cidade, salientando que isso implicaria “mais de 60 mil metros quadrados de construção”.

Num comunicado enviado à Lusa, divulgado pelo Gabinete de Comunicação e Imagem da Câmara do Porto, a

maioria liderada por Rui Rio considera que o projecto defendido pelos vereadores socialistas significaria a construção de “cerca de 600 T2 ou perto de 500 T3”.

O documento surge depois do executivo municipal portuense ter aprovado hoje as bases de um acordo extrajudicial que se destina a encerrar todos os processos pendentes sobre expropriações e pedidos de indemnização relativos a três parcelas de terrenos no Parque da Cidade.

A proposta foi aprovada com os votos favoráveis dos sete vereadores da maioria PSD/CDS, os votos contra dos cinco vereadores socialistas e a abstenção do vereador comunista.

Na reunião do executivo, os vereadores socialistas defenderam que o Parque da Cidade deveria ter edifícios nos espaços envolventes para compensar os proprietários das parcelas de terrenos expropriadas e admitiram a possibilidade de ser realizado um referendo sobre o assunto.

No comunicado distribuído ao final

da tarde, a maioria responde que o Plano Director Municipal “não permite construção dentro do parque” e considera que o referendo sobre esta matéria já foi feito nas eleições autárquicas de 2001 e 2005, ganhas pela coligação PSD/CDS.

O documento conclui referindo que a proposta vai ser enviada quarta-feira para a Assembleia Municipal, admitindo que “poderá receber luz verde” caso se mantenha a correlação de votos registada no executivo municipal.

Caso a assembleia municipal ratifique a decisão de hoje, a Câmara liderada pelo social-democrata Rui Rio torna-se a única proprietária dos terrenos em causa - 150 mil metros quadrados, na frente da Circunvalação - a 20 de Fevereiro.

O negócio implica que a autarquia entregue aos actuais proprietários dos terrenos um total de 43,9 milhões de euros, num pagamento feito quase integralmente através da entrega de património imobiliário.

Rui Rio, que não se disponibilizou para falar aos jornalistas no final da ses-

são dá como contrapartida o Edifício Transparente, o Matadouro da cidade e terrenos no Campo Alegre, Avenida Nun'Álvares (à Foz do Douro), Aldoar e rua da Restauração.

Em dinheiro, a autarquia terá que entregar apenas 240 mil euros.

Ao anunciar a permuta agora aprovada, em 19 de Dezembro, Rui Rio disse que este valor é aceitável, considerando que as acções judiciais levantadas pelos proprietários dos terrenos implicavam exigências de indemnizações num total de 169 milhões de euros.

O acordo é apresentado basicamente como resposta para remediar a situação gerada por um pedido de informação prévia (primeiro passo para aprovação de uma obra) para a frente urbana da Circunvalação, que veio a ser revogado.

O pedido foi autorizado em Janeiro de 2002 pelo ex-autarca socialista Nuno Cardoso e revogado em Abril do mesmo ano pelo seu sucessor, o social-democrata Rui Rio.

– Fonte: Lusa

Notícias dos Açores

Berta Cabral promete recuperar deputados e ganhar as próximas eleições regionais



A nova líder do PSD/Açores manifestou hoje o desejo de «reconquistar» em 2012 o mandato de deputado perdido nas Legislativas Regionais de Outubro de 2007 pela ilha do Corvo.

Em declarações à Agência Lusa, no decorrer de uma visita à mais pequena

ilha dos Açores (a primeira na qualidade de líder eleita dos sociais-democratas), Berta Cabral garantiu que a perda do deputado do PSD pelo Corvo é apenas uma situação temporária. «Em 2012 o PSD vai recuperar a sua representação parlamentar pelo Corvo, e vai certamente

ganhar as eleições regionais», frisou a presidente do PSD/Açores, acrescentando que o partido vai também, nessa altura, pôr fim ao ciclo de governação socialista nos Açores.

Berta Cabral, recentemente eleita líder regional do partido, na sequência



da demissão de Costa Neves, devido aos resultados eleitorais nas Legislativas Regionais, aproveitou esta deslocação ao Corvo para efectuar contactos com militantes e simpatizantes e também com várias instituições e organismos da ilha.

Segundo explicou, esta deslocação ao Corvo reveste-se também de um «simbolismo especial», por se tratar da mais pequena ilha dos Açores: «Quero com isto demonstrar que todos os açorianos, independentemente da ilha onde moram, merecem ser tratados de igual forma».

A visita de Berta Cabral ao Corvo está integrada num périplo por todas as ilhas dos Açores que a nova líder do PSD/Açores prometeu realizar antes do Congresso Regional dos sociais-democratas, marcado para 16, 17 e 18 de Janeiro, em Ponta Delgada.

Visitas que ocorreram na maioria das ilhas em período de campanha para a liderança regional do partido, com excepção do Corvo, devido ao mau estado do mar que impediu a embarcação que efectua as ligações marítimas no Grupo Ocidental, de assegurar a viagem entre as Flores e o Corvo.

PSD exige “a verdade” sobre o novo hospital de Angra

O PSD/Terceira acusou hoje o governo regional de “enganar os terceirenses” no processo do novo hospital de Angra, uma obra que os social-democratas consideram “cada vez mais urgente”, dadas “as carências e falta de respostas” da actual estrutura, num caso onde o executivo, o PS local e as duas autarquias “têm sido cúmplices com o silêncio a que se recataram”, disse o presidente do PSD na Terceira.

“Em ano de eleições, o governo mentiu aos terceirenses”, denunciou esta manhã António Ventura, numa conferência de imprensa realizada em Angra do Heroísmo, referindo-se às promessas do anterior executivo de “até ao final de 2008 adjudicar e iniciar a construção” do novo hospital da ilha Terceira.

As críticas laranja motivaram um



requerimento, enviado hoje à assembleia legislativa, onde os deputados do PSD eleitos pela Terceira colocam, segundo Ventura, “duas questões muito simples ao governo”, exactamente “quando é que se inicia a obra e quando é que o novo hospital entra em funcionamento”, disse, afirmando serem estas “as dúvidas que assolam os terceirenses e sobre as quais querem respostas”.

Depois de, em 2008, o PSD ter denunciado “os continuados incumprimentos do executivo e do PS” em todo o processo, António Ventura recordou que foi o vice-presidente do Governo, Sérgio Ávila, “quem garantiu que, até ao final do ano, a obra seria adjudicada, declarações que não corresponderam à verdade”, sendo

que essa “não foi a primeira vez que o governo confirmou o início da obra para o ano passado”.

Em Novembro de 2006, como resposta a um requerimento dos deputados do PSD eleitos pela Terceira, já o executivo dissera que “o concurso público seria para lançar até final desse ano, sendo que o início físico da obra se previa para 2008”, relembrou o social-democrata, acrescentando que, em Novembro de 2007 “um deputado socialista da Terceira” se referiu ao novo hospital como “uma obra de importância fulcral para a qualidade de vida da população do grupo central, antevendo-se o seu início no próximo ano, ou seja em 2008”, explicou Ventura.

“Torna-se cada vez mais urgente a

construção de uma nova unidade hospitalar na ilha”, explicou o também deputado, para quem o actual hospital “já não satisfaz as necessidades em qualidade de instalações e equipamentos”, pelo que o PSD não aceita que “ao longo dos últimos 11 anos”, os terceirenses tenham assistido a sucessivos anúncios e declarações do governo regional e do PS da Terceira, “onde a falta de verdade leva a que já desconfiem da existência de um novo hospital, pelo que se pede toda a verdade sobre o processo”, concluiu.

Caminho das Sete Fontes “totalmente degradado”

O PSD/Açores denunciou hoje o estado de “total degradação” em que se encontra o caminho entre o Terreiro da Macela e o parque das Sete Fontes, na ilha de São Jorge.

Em requerimento enviado à Assembleia Legislativa dos Açores, o deputado social-democrata Mark Marques salientou que o troço de caminho, com cerca de sete quilómetros, “está quase intransitável, podendo apenas percorrer-se com tractores ou viaturas com tracção total”.

O parlamentar do PSD/Açores lembrou a “importância” do caminho para a agricultura e turismo, dado que “dá acesso a uma bacia leiteira e ao tão conhecido parque das Setes Fontes”.

Mark Marques acrescentou que “cerca de 90 por cento” do troço de caminho se encontra com “buracos que parecem ‘crateras vulcânicas’ ou simplesmente sem asfalto”.

O deputado social-democrata pretende que o governo regional explique se está ou não prevista a reabilitação do caminho e se o executivo tenciona “reparar de imediato esta situação, para poderem circular as viaturas até ao início da obra de reabilitação”.

- Fontes: Lusa e Gab. Imp. PSD



Visita a Freguesia de AZIAS

Problemas maiores da juventude local e total falta de investimento nesta localidade.

A Comissão Política da Juventude Social Democrata (JSD) de Ponte da Barca deslocou-se no passado dia 30 de Dezembro à Freguesia de Azias.

Recebidos na Sede de Junta de Freguesia de Azias, a visita começou com uma reunião com os autarcas da Freguesia, onde foram destacados os complexos problemas com que os jovens de Azias se deparam, nomeadamente a falta de apostas na criação de empregos locais e a desertificação afirmada pela forçada emigração para outras localidades, na maioria dos casos para o distrito de Braga.

Problema comum em relação à maioria das freguesias do nosso concelho, único sem zona industrial.

Após a reunião, a visita à sede de Junta de Freguesia evidenciou o empenho dos autarcas, pois esta obra para além de ter sido bem executada, superou o próprio orçamento, tendo ficado o preço final muito aquém do esperado para a sua conclusão. Já o mesmo não se pode dizer em relação às promessas eleitorais do Partido Socialista relativas ao próprio edifício, que uma vez mais se ficou como a maioria... nada se fez.

Outro dos problemas apontados pela Junta de Freguesia de Azias (e sua

principal batalha com o actual executivo socialista) tem a ver com a Escola Primária de Azias.

Edifício que era há muito reivindicado pela população de Azias, por momentos viu-se na eminência de encerrar, por decisão unilateral do executivo socialista, com o objectivo de tudo centralizar, deixando então – como em muitas freguesias – o edifício ao completo abandono.

No entanto e por considerarem que existiam condições para que esta continuasse em funcionamento, a população de Azias insurgiu-se contra a decisão, nomeadamente através da organização de um abaixo-assinado, posteriormente enviado para a Assembleia da República e para os demais Partidos nela representados. Facto este que fez com que ainda hoje a freguesia de Azias tenha a sua escola em pleno funcionamento e com todas as condições para tal.

Depois da reunião, a visita da JSD a Azias prosseguiu pelos seus 17 lugares, onde os jovens sociais-democratas puderam entrar em contacto com a população e aí conhecer as suas reivindicações relativas aos mais jovens.

A Comissão Política da JSD de Ponte da Barca lamenta que não sejam



aproveitadas e exploradas pelo concelho as características desta freguesia, principalmente no que diz respeito à enorme riqueza histórica, cultural, e ecológica que esta detém, pois, uma vez estas características inseridas em alguns programas comunitários, em muito iriam promover a criação de postos de trabalho no concelho de Ponte da Barca, em particular na Freguesia de Azias.

A JSD de Ponte da Barca orgulha-se do trabalho até hoje desenvolvido pelos autarcas social democratas da Freguesia de Azias, em especial pelo seu Presidente, Sr. António Oliveira, homem capaz, determinado e sempre leal aos superiores interesses da população de Azias.

– CPS/Ponte da Barca

CPS/JSD Seixal

COMUNICADO

Pela segunda vez em menos de um mês, a sede do PSD foi assaltada e vandalizada. Desta vez foram roubados dois computadores, um deles portátil, um scanner e uma televisão.

Sendo que as autoridades competentes estão já a avançar com os devidos procedimentos, não podemos deixar de, mais uma vez, repudiar publicamente este acto de vandalismo.

É um erro julgar que vivemos em segurança. O concelho do Seixal é um dos mais inseguros do País e negar esse facto, ou ignorá-lo, é uma irresponsabilidade enorme.

É premente a criação de políticas sérias de segurança. É da vida e do bem-estar dos cidadãos que estamos a tratar. E isso requer medidas do Poder Central, mas também das Autarquias Locais.

Estamos, como sempre estivemos, seriamente empenhados no combate à insegurança e ao clima de medo que se gerou na nossa sociedade. Esperamos que esta questão não seja considerada numa lógica partidária, mas antes seja olhada com o cuidado que merece. – CPS/JSD Seixal





ALIJÓ

Ao abrigo dos Estatutos Nacionais do PSD, convoca-se a Assembleia de Secção de Alijó, para reunir no próximo dia 30 de Janeiro de 2009, (sexta-feira) pelas 21h30, na sede concelhia, sita na Rua da Costinha, nº 2-E, com a seguinte

Ordem de Trabalho:

1 – Análise e votação das Contas da Comissão Política de Secção de Alijó referentes a 2008

- 2 – Análise da situação política
- 3 – Outros assuntos

FARO

Ao abrigo dos Estatutos Nacionais do PSD, convoca-se a Assembleia de Secção de Faro, para reunir no próximo dia 24 de Janeiro de 2009, (sábado) pelas 17h00, no Auditório do Instituto Dom Francisco Gomes (Casa dos Rapazes) sito na Rua José de Matos, com a seguinte

Ordem de Trabalho:

1 – Dar parecer sobre a proposta da Comissão Política de Secção relativa à candidatura à presidência da Câmara, ao abrigo do artigo 50º, número 2, alínea f), dos Estatutos do PSD

2 – Contributos para o Programa Eleitoral Autárquico

ÍLHAVO

Ao abrigo dos Estatutos Nacionais do PSD, convoca-se a Assembleia de Secção de Ílhavo para reunir no próximo dia 22 de Janeiro de 2009, (quinta-feira) pelas 21h30, na Biblioteca Municipal, com a seguinte

Ordem de Trabalho:

1 - Informações

2 – Discussão e votação do Relatório e Contas de 2008.

3 – Discussão e votação do Orçamento e Plano de Actividades para 2009

4 - Análise da situação político partidária

MIRANDELA

Ao abrigo dos Estatutos Nacionais do PSD, convoca-se a Assembleia de Secção de Mirandela, para reunir no próximo dia 20 de Fevereiro de 2009, (sexta-feira) pelas 21h30, no Auditório do Instituto Jean Piaget, com a seguinte

Ordem de Trabalho:

1 – Análise da situação política concelhia

2 – Candidaturas Autárquicas

3 – Outros assuntos de interesse partidário

OLHÃO

Ao abrigo dos Estatutos Nacionais do PSD, convoca-se a Assembleia de Secção de Olhão para reunir no próximo dia 17 de Janeiro de 2009, (sábado) pelas 15h00, na sede da Secção, sita na Av. Dr.

Francisco Sá Carneiro, 23 r/c Dtº, com a seguinte

Ordem de Trabalho:

Ponto único – Apreciação da proposta da Comissão Política do cabeça de lista do PSD de Olhão à Câmara Municipal nas eleições autárquicas de 2009.

OLIVEIRA DE AZEMEIS

Ao abrigo dos Estatutos Nacionais do PSD, convoca-se a Assembleia de Secção de Oliveira de Azeméis para reunir no próximo dia 24 de Janeiro de 2009, (sábado) pelas 15h00, na Sede Concelhia, com a seguinte

Ordem de Trabalho:

1 - Informações gerais.

2 - Apresentação do Relatório de Gestão e Contas de 2008.

3 - Apresentação do Plano de Actividades e Orçamento para 2009.

4 - Análise e discussão da situação político partidária

PAREDES

Ao abrigo dos Estatutos Nacionais do PSD, convoca-se a Assembleia de Secção de Paredes, para reunir no próximo dia 14 de Fevereiro de 2009, (sábado) pelas 16h00, na Sede, sita na Rua 1º de Dezembro, com a seguinte

Ordem de Trabalho:

Ponto único - Eleição da Mesa da Assembleia de Secção de Paredes

Nota:

As listas candidatas devem ser apresentadas ao Presidente da Mesa, ou a quem estatutariamente o possa substituir, na sede Distrital do Porto, sita na Rua Guerra Junqueiro, 64 nos dias úteis entre as 9h00 e as 19h00 e até às 24H00 do terceiro dia anterior ao acto eleitoral.

As urnas estão abertas das 16h00 às 19h00.

PARIS

Ao abrigo dos Estatutos Nacionais do PSD, convoca-se a Assembleia de Secção de Paris, para reunir no próximo dia 24 de Janeiro de 2009, (sábado) pelas 18h30, no nº 34 Avenue Reille - Paris, com a seguinte

Ordem de Trabalho:

1 – Análise da situação política

2 – Lei Eleitoral para a Assembleia da República

3 – Recenseamento Eleitoral

4 – Diversos

SANTO TIRSO

Ao abrigo dos Estatutos Nacionais do PSD, convoca-se a Assembleia de Secção de Santo Tirso, para reunir no próximo dia 06 de Fevereiro de 2009, (sexta-feira) pelas 21h30, a realizar na Junta de Freguesia de Sequeiro, sita na Rua Prof. Amaury Amro, com a seguinte

Ordem de Trabalho:

1 – Apresentação de contas referentes ao ano de 2007

2 – Balanço da actividade da CPC.

3 - Outros

TOMAR

Ao abrigo dos Estatutos Nacionais do PSD, convoca-se a Assembleia de Secção de Tomar, para reunir no próximo dia 12

de Fevereiro de 2009, (quinta-feira) pelas 18H00, na sede, sita na Rua da Fábrica de Fiação nº. 57 – A em Tomar, com a seguinte

Ordem de Trabalhos:

1 – Apreciação da proposta da Comissão Política de Secção, referente às candidaturas aos Órgãos Autárquicos da Assembleia Municipal de Tomar e Câmara Municipal de Tomar;

2 – Apreciação e votação das contas referentes ao ano de 2008;

3 – Informações;

4 – Aprovação do orçamento para o ano de 2009



PONTE DA BARCA

Ao abrigo dos Estatutos Nacionais da JSD, convoca-se a Assembleia da Secção da JSD de Ponte da Barca, para reunir no próximo dia 7 de Março de 2009 (Sábado), às 15:00 na Sede do Partido Social Democrata de Ponte da Barca, sita na Rua Condes da Folgosa, em Ponte da Barca, com a seguinte Ordem de trabalhos:

1 - Informações;

2 - Eleições Autárquicas 2009;

3 - Análise da Situação Política.

O Presidente da Mesa do Plenário da JSD Ponte da Barca

(Osvaldo Folha Gomes)

RECTIFICAÇÃO

Na convocatória para as Eleições dos Conselheiros Distritais da JSD/Portalegre, os locais para a realização das eleições estão errados para os concelhos de Alter do Chão, Crato, Nisa e Fronteira. A eleição para os conselheiros distritais nesses concelhos realiza-se na Sede Distrital do PSD/Portalegre, sita no Largo 28 de Janeiro, 10 no concelho de Portalegre. A mudança deveu-se ao facto das moradas que constam na base de dados na Sede Nacional da JSD, como sedes concelhias dos concelhos em questão, já não existem, logo os mesmos actos terem que se realizar na Sede Distrital, segundo informação dos Serviços Administrativos da JSD.

A Mesa do Congresso
(Daniel Figueiro)

NÚCLEO DA SENHORA DA HORA – MATOSINHOS

Ao abrigo dos Estatutos Nacionais da JSD, convoco o Plenário de Militantes do Núcleo da Senhora da Hora, para reunir no dia 14 de Fevereiro de 2009, na Sede Concelhia da JSD de Matosinhos, sita na Rua Mouzinho de Albuquerque, n.º 98, com a seguinte ordem de trabalhos:

Ponto Único: Eleição da Comissão Política de Secção.

Nota:

O acto eleitoral decorrerá entre as 15 horas e as 18 horas.

As listas devem ser entregues em

duplicado, ao Presidente da Mesa do Plenário de Secção ou a quem estatutariamente o substitua, na Sede Concelhia da JSD de Matosinhos até às 24 horas do terceiro dia anterior ao acto eleitoral.

As listas deverão ser devidamente acompanhadas dos termos de aceitação de todos os candidatos e das respectivas subscrições, nos termos estatutários.

A Presidente da Mesa da Assembleia de Secção

(Edna Falorca da Costa)



COIMBRA

Ao abrigo da alínea g) do artigo 50º dos Estatutos Nacionais dos TSD, convoca-se a Assembleia de Núcleo Concelhio da Figueira da Foz dos TSD, para reunir no dia 14 de Fevereiro de 2009, pelas 15H00, na Sede da Secção do PSD, sita na Rua da Liberdade, nº 6, na Figueira da Foz, com a seguinte:

ORDEM DE TRABALHOS

Ponto Único – Eleição do Secretariado do Núcleo Concelhio da Figueira da Foz dos TSD.

As listas concorrentes deverão ser entregues na Sede Distrital dos TSD, na pessoa do Presidente do secretariado Distrital ou a quem estatutariamente o possa substituir, até ao quinto dia útil anterior à data das eleições.

As urnas estarão abertas das 15 às 18H00.

Coimbra, 8 de Janeiro de 2009

O Presidente do Secretariado Distrital

de Coimbra dos TSD

José Alberto Coelho